

Mirian Adriana Branco

Corpos nefastos – Cidadania incerta
Em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da
Nação

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis
2002

Mirian Adriana Branco

Corpos nefastos – Cidadania incerta
Em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da
Nação

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, à Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Bernardete Ramos.

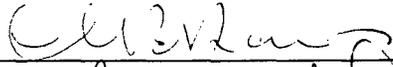
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis
2002

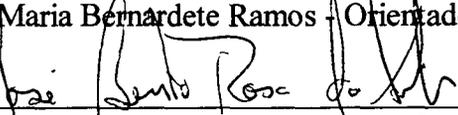
**CORPOS NEFASTOS – CIDADANIA INCERTA
EM LAGES, CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA
E A INVENÇÃO DA NAÇÃO**

MIRIAN ADRIANA BRANCO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

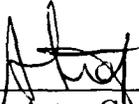
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos - Orientadora (HST/UFSC)


Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva - (HST/UNIVALI)


Prof.^a Dr.^a Cynthia Machado Campos (HST/UFSC)

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa - Suplente (HST/UFSC-UNIPLAC)


Prof. Dr. Artur César Isaia
Coordenador do PPGH/UFSC

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2002.

Agradeço....

A Deus, meu leal companheiro de todos os momentos.

A minha mãe Elsa e meu pai João, que mesmo sem entenderem direito o que era o “tal mestrado”, compreenderam como só os pais sabem compreender o quanto era importante pra mim. E por isso deram-me todo carinho e apoio.

As melhores irmãs que alguém poderia ter: Sara, Sandra e Roseli. Por terem ouvido minhas angústias, e o mais importante, por terem sempre me ajudado a superá-las. Vocês são minhas melhores amigas.

Aos meus sobrinhos Eduardo e Ricardo, pelas entradas repentinas em meu quarto, e pelas muitas tentativas de me tirar de lá para “tomar um pouco de ar”. Sua preocupação é a demonstração do seu afeto.

Ao Douglas por ter me proporcionado em meio a tanta ansiedade, momentos de muito carinho e desprendimento. Sua presença em minha vida é fundamental.

A Prof^a Dr^a Maria Bernardete Ramos, minha orientadora-alquimista, que com paciência e sabedoria conseguiu transformar minhas muitas idéias vagas e desconexas numa dissertação.

Ao Prof^o Dr^o Élio Serpa, pelas indicações de leitura que muito contribuíram para dirimir as deficiências do trabalho, e principalmente pelos elogios e censuras que dados no momento certo fizeram a diferença.

A Prof^a Dr^a Cynthia Machado Campos, pela leitura minuciosa e comentários relevantes.

Ao Prof^o Dr^o José Bento da Silva, por ter aceito participar da banca examinadora. Por sua presença sinto-me honrada.

E finalmente aos meus amigos e amigas. Por recear esquecer alguém, não lhes citarei os nomes, mas agradeço-lhes pela participação em minha vida, ao mesmo tempo em que os convido a partilhar comigo desse feliz momento de realização.

Para Elsa e João, meus pais...

*Das ruínas de tudo ergue-te pura
E eternamente, na suprema altura,
Suspira,sofre, cisma, sente,sonha!
(Alma ferida – Cruz e Sousa)*

Sumário

Resumo	08
Abstract	09
Introdução	10
Capítulo I	
Construtores de Nação	
1.1 Discutindo teorias.....	23
1.2 Inventando um povo e uma nacionalidade.....	45
Capítulo II	
Cidadãos para a Nação	
2.1 Construtores de cidadania.....	61
2.2 A cor do cidadão.....	68
2.3 O cidadão civilizado.....	73
2.4 O cidadão patriota.....	76
Capítulo III	
A Ciência do Corpo	81
Algumas considerações	105
Bibliografia	107
Fontes bibliográficas	113
Jornais consultados	115

Resumo

Fundado no início do século XX, na cidade de Lages, o *Centro Cívico Cruz e Souza* é o tema dessa dissertação. Inserida na problemática da construção da nação que se estabeleceu no Brasil durante a Primeira República, a fundação do Centro Cívico afina-se ao amplo anseio de uma elite que, visando dar viabilidade a nação que se construía, empenha-se em modernizar o país, e, principalmente, inculcar preceitos de civilidade na população negra e mestiça. Critérios que além de servirem à diferenciação social, também eram condição para que tais indivíduos pudessem inserir-se como cidadãos.

Abstract

Founded at the beginning of the twentieth century in the city of Lages, the Civic Center Cruz e Souza is the subject of this dissertation. Related to the building of the nation context in the First Republic, the foundation of the Civic center is concerned in a elite's desire to give visibility to the nation through the modernization of the country, working especially on norms of civility aimed to black and "mestizo" people. This factor became a criteria to social differentiation, and also a condition to these individuals to exercise their rights as citizens.

Introdução

Cidade de Lages. Noite de 22 de novembro 1918. Em clima de festa, civismo, formalidade, e sucessivos discursos, no Teatro Municipal, encontram-se diversos políticos, autoridades municipais, jornalistas, representantes de associações, e muitos outros convidados a participar da sessão cívica comemorativa de inauguração, e posse da primeira diretoria do *Centro Cívico Cruz e Souza*.¹

Revestida por uma certa expectativa, tal solenidade, oportunamente acontecida em meio às comemorações alusivas ao Dia da Bandeira, carrega em si inúmeros significados. Significados que de forma alguma se esgotam na alusão de que o *Centro Cívico Cruz e Souza* foi a primeira associação cívica fundada por negros no Estado.² Significados que podem ser melhor conhecidos se por alguns instantes nos ausentarmos da cerimônia, transpormos as portas do teatro, e irmos além das fronteiras do tempo, e da cidade.

Quando Frei Rogério Nerhaus, chegou a Lages em 22 de fevereiro de 1892, encontrou uma cidade sem vigário, sem casa paroquial, com uma igreja-matriz sem conservação e sem graça. Localizada no Planalto catarinense, a comunicação com o litoral era difícil. Uma correspondência levava até seis dias para chegar ao seu destino. As estradas eram ruins, e faltavam pontes. Aspecto constatado nos relatos de Dom José de Camargo Barros, que em suas visitas pastorais ao território catarinense observa: "...na subida só da serra, gastamos hora e meia. O caminho é feio e horroroso, em toda a minha

¹Centro Cívico Cruz e Souza. O lageano: Lages, 23 de novembro de 1918.

²Cf. ATAIDE. Sebastião. *O negro no planalto*: Lages: Prefeitura Municipal de Lages. 1988. 73 p.

excursão no Paraná e neste estado não encontrei ainda um caminho tão horroroso, e como diz Francisco, não se pode explicar; é um caminho estreito, no fundo de uma garganta no meio de montanhas altíssimas, formada de pedras soltas, de todos os tamanhos e tão íngreme que o nível de cinco metros para diante na subida passa por cima do cavalo e do cavaleiro.”³

Quanto à população, a região do Planalto catarinense em 1872 era de 14.549 habitantes, dois quais 10,9% eram escravos. Dos 89,1% restantes e classificados como habitantes livres 28,5% eram pardos, 2,98% eram pretos, 3,24% eram caboclos. Constituindo assim uma parcela não branca que representava 45,17% da população da região. Já em 1887, em toda Província de Santa Catarina “somava-se 4. 927 escravos e a população escrava da cidade de Lages representava 14,94% daquele total.”⁴ O que esclarece a observação feita por Dom José: “tenho notado que em Lages a população de negros e mulatos é muito grande.”⁵

Dividida entre o meio rural e urbano, após a abolição essa população de negros e mulatos, desempenhava as mais variadas atividades. No meio rural, dentre outras funções, eles eram os lavradores, os pastores, os agregados e construtores de casas e taipas. No âmbito urbano desempenhavam os trabalhos domésticos, também eram os jornaleiros, pequenos proprietários de casas comerciais ou botequins.

Elevada a categoria de cidade em 1820, Lages desde a primeira metade do

³ PIAZZA. Walter Fernando. *Os diários de Dom José de Camargo Barros e suas viagens pastorais pelo território catarinense*. In: *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis. Nº 5. 1994. 79 p.

⁴ Cf. MARCON. Frank Nilton. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. São Leopoldo. UNISINOS. 1999. 22 p. (Dissertação de mestrado em História) .

⁵ PIAZZA. Walter Fernando. Op. Cit. 83 p.

século XIX, vivenciava a modernização que visava preparar a cidade para receber o seu mais ilustre morador - o cidadão republicano.⁶

Segundo Élio Serpa, a aprovação do Código de Posturas Municipais de 1845, representava a tentativa de “esboçar formas de intervenção no espaço urbano estabelecendo normas que denotavam preocupações com a estética, racionalidade e movimentação na área urbana.”⁷

Em 1895, outro código é aprovado, só que desta vez a ênfase da legislação recai sobre as condutas e sociabilidades. A intenção nesse segundo Código é de fazer da cidade “um espaço limpo, ordeiro e arejado, buscando afastar a possibilidade da permanência de pessoas ditas inconvenientes, que possam prejudicar a configuração do espaço urbano enquanto local de consumo e de trabalho, como no caso de loucos e bêbados.”⁸

Aprovados pela Câmara do Município, tais códigos significavam a organização em forma de legislação, dos preceitos de civilidade reconhecidos por um seletivo grupo de pessoas (fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e públicos) que por força da publicização de seus atos através dos jornais, das suas posses, das suas relações com outras pessoas tidas como ilustres, e principalmente dos seus envolvimento políticos, se constituem na elite municipal.

Com uma expressiva representação política advinda da família Ramos, Lages,

⁶Termo cunhado por Elio Cantalício Serpa em: SERPA. Elio Cantalício. **Igreja, elites dirigentes e catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages – 1889-1920**. São Paulo. 1993. (Tese de doutoramento) Universidade de São Paulo.

⁷SERPA. Elio Cantalício. **A reformulação das condutas e sociabilidades durante a Primeira República**. Revista da Memória. Lages: Fundação Cultural de Lages. 1996. n. 01. 13-29 pp.

⁸ Idem. 16 p.

quando da fundação do *Centro Cívico Cruz e Souza*, em 22 de setembro de 1918, era governada pelo então superintendente municipal Belizário José de Oliveira Ramos, cargo para o qual foi reeleito por três vezes consecutivas com o apoio do Partido Republicano, ao qual chefiava. Belizário era irmão de Vidal José de Oliveira Ramos, vice-governador do Estado no período 1902-1906. Governador em 1910. Já Aristiliano Ramos era filho de Belizário. Foi vereador, superintendente municipal, deputado estadual de 1910 à 1918, e em 1933 alcançou o cargo de interventor federal em Santa Catarina.⁹ Os nomes dos descendentes desta família, no decorrer dos anos irão por muitas vezes configurar entre os representantes do poder público municipal, estadual e federal, além de compor a elite da cidade de Lages.

Fora do círculo da família Ramos, podemos citar outras figuras importantes no contexto de modernização da cidade de Lages. Dentre eles cito Manoel Thiago de Castro, intelectual e jornalista que fundou e dirigiu diversos jornais na cidade, além de ocupar o cargo de promotor público, conselheiro municipal e deputado estadual por vinte e sete anos. E o também jornalista e deputado estadual, Caetano Vieira da Costa, que além de grande incentivador da fundação do *Centro Cívico Cruz e Souza*, foi ainda conselheiro municipal, especialmente empenhado em criar e organizar as leis reguladoras do município. Ligado ao teatro, as artes e a cultura, foi de sua autoria o hino do Centro Cívico.¹⁰

Baseados nos seus interesses privados, os membros dessa elite, tendo em vista as novas exigências advindas da modernização, procuravam estabelecer-se na cidade como detentores da sabedoria necessária ao discernimento das ações boas ou más. Uma

⁹ Cf. VEVES, Gustavo. **Lages do passado desfilando na passarela do presente seus homens ilustres**. In: Revista da Indústria e Comércio de Santa Catarina. Florianópolis. Edição especial. 1966. 55p.

¹⁰ Idem. 56 p.

autoridade que provinha principalmente de sua relação com o mundo exterior, através da circulação de comerciantes, do intercâmbio de produtos e valores, das trocas de experiências feitas entre os viajantes que iam e vinham, do estabelecimento da imprensa, e das congregações religiosas estrangeiras. Fatores que deram às elites locais foros de condutoras da cidade na caminhada rumo à modernidade, ou seja. Igualar-se, inserir-se nos debates e praticá-los.

Logo, com base em modelos europeus, os costumes, os hábitos, as práticas culturais dos lageanos, passaram a solicitar por parte dessa elite, mudanças que também incidiram na demarcação de uma linha imaginária a separar o espaço público, do espaço privado, espaço urbano e espaço rural.

Enquanto que o Código de 1845 prezava mais pelo aspecto urbano, pela visualização de Lages enquanto cidade organizada na sua aparência e espacialidade, o segundo Código, aprovado cinquenta anos depois, prioriza as condutas populares, os comportamentos e as sociabilidades. O que de certa forma demonstra a sintonia existente entre a elite lageana, e as discussões de modernidade e civilidade na qual se empenhava desde o final do século XIX, a intelectualidade brasileira.

Instaurada a República, no ato de construção da nação, eis que seus construtores, sob as lentes das teorias raciais, têm a estarrecedora visão de um país mestiço, constituído por uma plebe, feia, desengonçada e doente.¹¹ Além de “inferior”; “incapaz”; tomada pelos “maus costumes;” num desregramento que inviabilizava qualquer projeto de construção de um Brasil moderno.¹² Encontrar meios de superar tal questão tornou-se

¹¹ Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, maio de 1929. 03 p.

¹² Para Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, com base em Jacques Le Goff (...) moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas, que vão ocupando

imprescindível, assim como poucas se mostraram às alternativas. A maioria delas convergindo para o “melhoramento” racial através do branqueamento, ou seja, a aplicação de medidas que garantissem a gradativa eliminação das raças responsáveis pela degeneração nacional – já há muito identificadas como sendo representadas pelos índios e negros. Contudo, reformulações teóricas feitas pelos brasileiros, nas concepções raciais originais, deram surgimento ao “bom mestiço,” aquele que poderia ser levado ao aperfeiçoamento por meio dos mais variados investimentos, que iam desde a profilaxia do sexo, até a criação de lugares próprios à irradiação de princípios de educação e civilidade, como as escolas por exemplo.

Paralelo a todos esses acontecimentos, a abolição da escravidão havia lançado no meio social, centenas de indivíduos de tez escura, e enfim livres. Porém sem moradia, sem recursos, sem perspectivas e, na ótica racista, trazendo no seu corpo, nas entranhas do seu organismo, a marca da degeneração e da incivilidade. Quando chega o século XX, a situação não é muito diferente, ainda com poucas perspectivas de ascensão social devido a fatores como alto índice de analfabetismo, os negros ainda tinham que lidar com discursos que não cessavam de discorrer sobre sua incapacidade de civilizar-se. Contornar tal “problema”, passou a ser então meta dos idealizadores da nação.

Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, o primeiro médico-legista, o segundo advogado e historiador, assumem a posição de discutidores da questão. Sem afastarem-se de um ponto de vista racial, ambos esmeram-se em estudos sobre a população africana

amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativas no começo do século XX, chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então. No Brasil, este fato é facilmente verificável, especialmente ao longo dos anos 20-30, quando afirmar-se “moderno”, por exemplo, é antes de mais nada, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico. Cf: HERSCHMANN. Micael M.; PEREIRA. Carlos Messeder (orgs). **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 15 p.

existente no Brasil. A convergência de seus trabalhos, mesmo elaborados em períodos distintos, reside na preocupação em demonstrar que a degenerescência constitutiva dos negros brasileiros, não era impedimento para que estes adquirissem civilidade, pois o mestiço, produto do cruzamento entre negros e brancos, e futuro habitante do país que se constituía, poderia ser aperfeiçoado, levado à civilidade. Isto nos faz lembrar Norbert Elias e a sua análise dos grupos humanos, ou civilizações que por julgarem ter completado em sua sociedade o processo civilizador, outorgam-se potenciais transmissores da civilidade necessária aos demais povos.¹³

Assim, práticas eugenistas de melhoramento, passam a ser problematizadas e utilizadas, como possíveis saídas, as quais agarraram-se os construtores da nação, ao mesmo tempo em que se abriam pequenas possibilidades de inserção social aos negros. Uma inserção que passou a ser condicionada à sua capacidade de civilizar-se.

E o corpo, tomado enquanto matéria passível de modelamento, será objeto de constante intervenção médica, donde irá receber inúmeros investimentos no sentido de fortalecê-lo, impor-lhe músculos, mas ao mesmo tempo, dar-lhe leveza, educar-lhe o gesto, preparando-o para receber os ensinamentos de civilidade, que irão tornar o indivíduo capaz de acionar, quando preciso, dispositivos próprios de limitação automática de ações, e transformação de emoções, condicionadas para se tornarem hábitos.¹⁴

Nesse contexto, onde cada vez mais se estreitavam as relações entre corpo e raça, necessário se fazia também despender especial atenção a sexualidade. Se o futuro da nação, dependia da qualidade dos cruzamentos raciais, o controle da hereditariedade era

¹³ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1939. 64 p.

¹⁴ Idem. 23 p.

indispensável. Através da detecção dos pontos de risco, procurou-se identificar todos aqueles fatores que levassem a uma vida sexual indisciplinada, ao que medidas de profilaxia do sexo, seriam logo implementadas a partir de estratégias, que demonstravam uma intenção maior. Criar uma consciência eugênica, donde o individuo seria o gestor das suas ações.

A observação atenta às expressões corporais dos negros, em meio às problematizações da sexualidade, foi feita por olhos atentos, que incidiram sobre seu comportamento, construindo juízos e representações. Numa visualização que remonta o período colonial, onde os olhares que incidiam sobre os movimentos corporais dos negros, desde os viajantes em visitas à África, ou ao Brasil, até os modernistas como Mário de Andrade, formavam quadros de imoralidade e devassidão, que acompanharão os negros em toda sua trajetória, desde a escravidão, até o momento em que a liberdade, em nome da sobrevivência, pedem a sua inserção no meio social. Reverter esse quadro era essencial para os projetos de modernização, por isso grande foi o investimento na civilidade negra.

Com uma população negra nada desprezível, e diante da possibilidade então vislumbrada, de civilização dos negros e mestiços, a elite de Lages, ao mesmo tempo em que empreende a modernização da cidade, passa a apoiar um grupo de negros interessados em criar uma associação, cujo principal objetivo era promover o levantamento moral, intelectual e social da população negra do município.¹⁵

Fundado em 22 de setembro de 1918, tal associação denominou-se *Centro Cívico Cruz e Souza*, tema de estudo deste trabalho de pesquisa, no qual estabelece-se como primeiro objetivo a proposta de investigar evidências da participação deste Centro,

¹⁵ Cf. ATAIDE. Sebastião. Op. Cit. 78 p.

num amplo anseio de inserção da população negra de Lages, à cidade e, à nação brasileira em formação durante a Primeira República. Pretende-se também verificar dentre as ações do *Centro Cívico Cruz e Souza*, vestígios de possível colocação, por parte da elite municipal do critério civilidade, como condição necessária à essa inserção e conquista da cidadania.

Os jornais locais são as principais fontes de pesquisa. A partir deles foi possível fazer um relativo acompanhamento dos movimentos da cidade de Lages; dos procedimentos do Centro Cívico, e debates que se instalaram na imprensa. Alguns tendo o Centro Cívico como destaque. Através dos artigos publicados a imprensa aqui foi tomada como “agente da história que ela também registra e comenta.”¹⁶ Por isso sua utilização foi no sentido de conseguir um relativo desvelamento das opiniões, visões de mundo, e a forma como era pensada a questão da inserção negra na sociedade nesse período, e que certamente deveria ser diferente da forma como se pensou nas décadas subsequentes.

Mariá Pelissari, ao recortar os elementos referentes à cidadania e sua relação com a esfera pública, chega ao ponto no qual pode observar que a condição cidadão requer interiorização de valores éticos-morais concernentes à constituição de seres humanos que possam integralizar, no nível ético a condição de cidadania.¹⁷

Dessa forma, tendo em vista os discursos que professavam sua incapacidade física, moral e social, mostrar-se apto a cidadania, significava para a população negra a transposição de discursos que professavam sua incapacidade civilizadora, através de ações

¹⁶ CAPELATTO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense 1989. 12 p.

¹⁷ PELISSARI, Maria Aparecida. *A condição cidadã: valores éticos na individualidade*. São Paulo: Editora UNICAMP. 1995. 19p.

que demonstrassem uma outra versão, escrita nas suas muitas ingerências no meio social, nas suas intervenções na vida pública, nos seus aprendizados na vida privada, no seu comportamento, seu modo de falar, de andar, de movimentar o próprio corpo.

Michel de Certeau, falando do “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas, coloca que “(...) submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não era aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram “outros”, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente: seu modo de usar a ordem dominante exercia seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo...”¹⁸

Nessa perspectiva, a percepção da ambivalência do *Centro Cívico Cruz e Souza* é também um desafio para este trabalho, pois tal colocação faz-me pensar por um lado, nas estratégias utilizadas pelos membros do Centro Cívico, com vistas a constituir e preservar a sua cidadania. E por outro lado, nas expectativas postas sobre o Centro Cívico, por parte de uma elite política branca, profundamente envolvida com os ideais republicanos e modernizadores, que faziam de Lages, politicamente, uma das cidades mais importantes do Estado.

A temática da inserção da população negra no meio social, após a abolição da escravidão. Vem sendo discutida em trabalhos ligados a História ou a Antropologia Social. A questão do trabalho foi tema de Octávio Ianni, que em *Raças e Classes Sociais no Brasil*,

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. 40 p.

analisa as condições econômicas e sociais que atuaram na passagem da categoria escravo para de trabalhador livre.”¹⁹ E da parceria com Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, surge a obra denominada *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. Uma investigação acerca das possibilidades de ascensão social da comunidade negra de Florianópolis.”²⁰

Em se tratando de autores locais, sob a organização de Ilka Boaventura Leite, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, unem-se a outros também pesquisadores da Região Sul, para elaborar “*Negros no Sul do Brasil*”, obra na qual se propõem eles repensar as representações sobre os negros, e as práticas cotidianas que os constituem como sujeitos do presente, como integrantes do perfil étnico do Sul atual.²¹

Discussões sobre invisibilidade e resistência, também são uma constante nos debates referentes as populações negras. Patrícia de Freitas, Maria das Graças Maria e Frank Nilton Marcon, encontraram nesses debates importantes subsídios para elaboração de suas dissertações de mestrado:

Patrícia de Freitas enfocou a forma como Walter Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral, membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em seus discursos e escritos, abordaram as temáticas referentes aos negros em Santa Catarina.²² Já Maria das Graças Maria, recortando o período 1930-1940, empreendeu estudos sobre os afro-

¹⁹ IANNI. Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1972. 49 p.

²⁰CARDOSO. Fernando Henrique; IANNI. Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Editora Nacional. 1960.

²¹ LEITE. Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1996. 09 p.

²²FREITAS. Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina**. Florianópolis. 1997 (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina

brasileiros na cidade de Florianópolis. Enfatizando experiências cotidianas e a constituição de territórios negros..²³ E em sua dissertação de mestrado, Frank Nilton Marcon deixa claro seus dois objetivos: "Identificar e analisar a presença e participação negra no planalto catarinense, e analisar as práticas cotidianas sociais e culturais da população negra, para averiguar manifestações de resistência à implantação de uma moral burguesa."²⁴

Nesta dissertação que ora apresento, preocupo-me em demonstrar que a capacidade de adquirir civilidade foi crucial para que as populações negras do Brasil aderissem a nação, durante a Primeira República. Para dar conta de tal problemática, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro deles, trato das teorias raciais e da invenção do povo e da nacionalidade brasileira durante a Primeira República. O objetivo deste capítulo é mostrar que a elite da cidade de Lages, estava atenta aos discursos sobre a civilidade negra, buscando perceber a relação entre tais questões e a fundação do *Centro Cívico Cruz e Souza*. Já o segundo capítulo pretende discutir sobre cidadania. Visando identificar a partir dos discursos dos membros do Centro Cívico, publicizados através do seu jornal, evidências de que estes estavam a aderir ao discurso de civilidade para nele calcar sua cidadania.

E no terceiro capítulo, a intenção é dar continuidade às discussões referentes a população negra frente aos projetos de construção nacional, enfatizando os aspectos relacionados a moralidade, hereditariedade e sexualidade, tentando perceber se tais discussões também fizeram parte das ações dirigidas aos negros de Lages, por parte da elite municipal.

²³MARIA. Maria das graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiência das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Florianópolis: UFSC. 1997. (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁴ MARCON. Frank Nilton. Op. Cit. 13 p.

Capítulo I

Construtores de Nação

*É nada mais que a história duma espada,
História curta, mas interessante
duma espelhante lâmina timbrada.
Não é pelo aço ou lâmina espelhante
Que irei contar, pois são comuns os aços,
Mas pelo nobre e original rompante.
Pelo ardimento que os primeiros braços
Que manejaram com pujança e brio
Nela gravaram, com profundos traços.
(A Espada – Cruz e Sousa)*

1. 1 - Discutindo teorias...

Era o ano de 1918, período de campanha política, com vistas a eleger novos deputados estaduais. Em Lages o confronto estabelecia-se entre os membros das famílias Ramos e Costa. Nesse contexto, segundo Sebastião Ataíde²⁵, foi no desempenho da atividade de pedreiro que Joaquim Pinto de Oliveira, ao mesmo tempo em que fazia uma calçada na propriedade de Caetano Vieira da Costa, ouve deste a sugestão de fundação de um clube ou centro cívico, onde os negros pudessem “expor suas idéias haja vista a necessidade destes se organizarem.”

As primeiras reuniões aconteceram na sede da banda “Lira Lageana”, as quais também comparecia o Deputado Caetano Vieira da Costa. Depois de organizado o estatuto e escolhido patrono²⁶, elegeu-se a primeira diretoria e conselho fiscal que ficaram assim constituídos: Presidente – Joaquim Pinto de Oliveira, Vice- presidente – Alípio Cruz, Primeiro Secretário – Paulino Saldanha Amaral, Tesoureiro – Saturnino do Pilar, Segundo Secretário – João Maria da Rosa, Orador – Marciano Pereira Gomes.

Marcada para o dia 22 de setembro do mesmo ano, a inauguração do Centro Cívico, assim como a posse da primeira diretoria aconteceu no Teatro Municipal de Lages. Alguns dias depois a redação do jornal *O Lageano*, recebe da diretoria do Centro, o comunicado oficial da sua fundação, sem deixar de destacar os objetivos sociais da

²⁵ ATAÍDE. Sebastião. Op. Cit. 73 p.

²⁶ Competindo com os nomes de José do Patrocínio e André Rebouças, João da Cruz e Souza foi a figura escolhida como patrono do Centro Cívico. Filho de escravos Cruz e Souza, nasceu em Desterro (Florianópolis) em 1861 e faleceu em Minas Gerais no ano de 1898. Foi adotado pelo Marechal Guilherme Xavier de Souza, que o matriculou nos melhores colégios da época. Em 1891, publicou *Missal e Broqueis*, obras que tornaram conhecido este que viria a tornar-se o precursor da poesia simbolista do Brasil. Sete anos após sua morte outros três livros seus foram publicados: *Evocações*, *Faróis* e *Últimos Sonetos*.

entidade. Com a publicação do ofício o jornal torna de conhecimento público a fundação do Centro, além de revelar a sua aprovação, com relação ao acontecimento.

Do primeiro secretário dessa útil agremiação, recentemente fundada nesta cidade, um ofício que com prazer publicamos:

Secretaria do Centro Cívico Cruz e Souza em 22 de setembro de 1918.

Tenho a honra de comunicar-vos que nesta data foi fundado o Centro Cívico Cruz e Souza, que tem por fim cultivar as nossas gloriosas datas e elevar o moral dos negros de nossa querida Lages.²⁷

Durante a cerimônia de fundação, não foram poucos os discursos, Paulino Saldanha Amaral, na condição de secretário do recém-criado Centro Cívico, representando os demais membros da associação, profere: *“(...) não obstante a lei Áurea de 13 de maio de 1888 haver extinguido a escravidão no Brasil, os negros entre nós, ainda são mal vistos e compreendidos - considerados como coisa sem valor, incapazes de praticar ação digna e honrosa. Quando algum negro faz obra que mereça censura, diz-se logo: isso é próprio de negro; se algum negro procede mal, afirma-se: negro não faz nada que preste!...E assim são julgados os da nossa raça.”*²⁸

No desabafo de Paulino podemos perceber, nesse momento em que ele esvazia todo o seu significado como indivíduo, e passa a incluir-se num grupo racial, alguns dos muitos desdobramentos de um saber essencialmente biológico que assolava o Brasil, e que propagando a crença na sua incapacidade física, afetava diretamente a vida dos muitos negros, outrora escravos ou não, que buscavam a sua inserção nos diversos setores da sociedade brasileira.

- *“Esquecem-se de que nem todo branco é bom, e nem todo negro é mal”*,

²⁷ Centro Cívico Cruz e Souza. O Lageano, Lages 29 de setembro de 1918.

²⁸ Centro Cívico Cruz e Souza. O Lageano, Lages 23 de novembro de 1918

prossegue ele dizendo, e assim demonstrando, que ao mesmo tempo em que não consegue fugir do discurso racista que o circunda, também não concorda inteiramente com ele. Ao reviver suas experiências pessoais e cotidianas, dá-se conta que na sua praticidade estas, a todo instante, colocavam-no perante a negros bons, honrados e dignos, assim como brancos inescrupulosos ou vice-versa. Paulino, mesmo falando sob um ponto de vista racista, demonstra a sua percepção da permeabilidade e, relativa fragilidade de um saber que se tornava passível de dissolução frente a um olhar mais atento aos embates cotidianos.

É desta forma que a proposta deste capítulo, é conhecer aspectos da discussão acerca das questões raciais que se estabeleceu no país após a abolição da escravatura, e que de acordo com a análise da elocução de Paulino impunham julgamentos desqualificadores, que tornavam-se obstáculos à inserção dos negros na sociedade.

Na metade do século XIX, Gobineau (mais tarde considerado o “pai do racismo”) publicou na Europa o “*Ensaio sobre as desigualdades das raças*”, trabalho no qual explorava fundamentos biológicos para as diferenças raciais. Alguns anos mais tarde, em 1859, o mundo conheceu a “*Origem das Espécies*” de Charles Darwin. Obra na qual o autor postula uma teoria de evolução biológica (Darwinismo) segundo a qual todas as espécies descendem de um ancestral comum, e evoluem gradativamente através do processo de seleção natural.²⁹

A partir desse saber biológico circulante na Europa, constitui-se o conceito de raça, que definindo-se como o conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário, irá formar a base das chamadas teorias raciais - notáveis produtoras de

²⁹ Cf. SANTOS. Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX. In: MAIO. Marcos Chor; SANTOS. Ricardo Ventura (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. 126 p.

hierarquias que fundamentadas num ponto de vista biológico, ao analisar o potencial dos grupos humanos, invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias.³⁰

Se é verdade que o trabalho de Darwin dava fundamentos teóricos aos debates, também é verdade que ele oferecia alguns obstáculos à essas mesmas teorias justamente naquilo em que se consolidavam, pois além de discordar da origem em separado de cada espécie, ainda admitia que as raças não eram permanentes, e poderiam evoluir com o tempo, alterando sua posição na pirâmide. Um impasse delicado, tendo em vista a preferência européia por uma classificação mais rígida e hierarquizada, de forma a justificar a sua longa trajetória de dominação. Mas a solução não demoraria, ela logo viria na forma do Darwinismo Social.

Tornando-se a principal doutrina racista vigente na passagem do século, o Darwinismo Social, afirmava que uma determinada raça poderia evoluir, desde que vencesse a competição com as demais, ou seja, "o progresso humano era tido como o resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) - no caso os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social".³¹

Chegando ao Brasil, o estudo de tais teorias por parte dos brasileiros, coincide com um momento em que as transformações políticas (instauração da República) e sociais (abolição da escravatura) favorecem uma nova percepção do país. A partir desse arcabouço

³⁰ Cf. SEYFERTH. Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO. Marcos Chor; SANTOS. Ricardo Ventura (orgs). Op. cit. 43 p.

³¹ SEYFERTH. Giralda. Op. Cit 43 p.

teórico baseado na biologia, séculos de caldeamento entre diferentes grupos humanos no Brasil, foram vislumbrados com desalento e pessimismo pelos republicanos recém-chegados ao poder, e que assumiam como missão primeira, a construção da nação.

Sob as lentes racistas, a imagem refletida pelo Brasil e repugnada por brasileiros e estrangeiros, era de um país multirracial - sendo este o maior dos seus males; o obstáculo ao pleno desenvolvimento, dado o suposto atraso do país, a justificar-se na miscigenada constituição de seu povo, onde numa mistura multicolor, negros e índios davam o tom de inferioridade e degeneração, inviabilizando de forma determinante as futuras gerações.

Mas além disso, Lilia Schwarcz sugere, que as teorias raciais no contexto brasileiro do período, além de tornarem viável a preservação de hierarquias sociais (um tanto quanto vulneráveis após a abolição dos escravos), ainda justificavam o jogo de interesses característico da mudança de regime político³². Todavia, a utilização das teorias raciais em nosso território não logrou ser literal, nem uniforme. Exemplo disso é a desconsideração por parte da intelectualidade brasileira de alguns pressupostos que não se enquadravam com a mestiça realidade nacional. Do Darwinismo Social excluiu-se a parte que condenava os cruzamentos com raças inferiores, e do evolucionismo a idéia de que a humanidade tinha uma única origem.³³ Por outro lado, a criação dos Institutos Históricos e Geográficos, das Universidades, e de outros locais de saber, pulverizaram as discussões

³² Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.18 p.

³³ Evidenciando a sua criação para uma realidade que não era a brasileira, os cruzamentos raciais na doutrina Darwinista Social, só eram concebidos entre grupos humanos de raças superiores. Partia-se do pressuposto de que num cruzamento entre raças desiguais em superioridade, as características negativas do elemento inferior possuíam uma maior tendência a se propagar pela via da hereditariedade. Quanto ao Evolucionismo, este ao colocar a capacidade de evolução e aperfeiçoamento racial, vinha de encontro aos interesses daqueles que se deparavam com a questão das ditas raças inferiores existentes no país.

pelos estados, fazendo com que não houvesse homogeneidade nos posicionamentos.³⁴ De qualquer maneira, apesar das divergências e adaptações (ou talvez por causa delas), tais teorias assim reformuladas, possibilitavam encontrar saídas para o país, sem contudo alterar de forma significativa a ordem social.

Limitados pela constituição biológica de seu povo, os primeiros projetos de construção da nação brasileira, tiveram que lidar com a questão da miscigenação como seu grande impedimento. Todas as idéias, todas as iniciativas de desenvolvimento num momento ou noutro esbarravam nas “deficiências” advindas da mestiçagem - um inconveniente que passou a exigir esforços de busca por alternativas de viabilidade para o país.

Em Santa Catarina, segundo Élio Serpa, a proclamação da República trouxe uma série de problemas que demandavam esforços das elites no sentido de contornar a situação. Com a abolição dos escravos houve a necessidade de incorporar no cotidiano o trabalho assalariado. O regime republicano mexeu com as certezas encasteladas no seio dos partidos liberal e conservador. Muitos chefes políticos tiveram que estabelecer novas alianças como forma de garantir espaço junto à esfera do poder, tendo em vista o reaparelhamento da máquina político-administrativa.

Assim, devido a sua expressividade política,³⁵ a cidade de Lages, ou pelo

³⁴ Para saber mais acerca dos variados posicionamentos tomados pelos cientistas brasileiros frente as teorias raciais, a partir do lugar de onde falavam, ou seja, as instituições as quais representavam, ver: SCHWARCZ. Lilia Moritz. Op. Cit. 65-170 pp.

³⁵ (...) cabia a Lages(...) no Planalto, o título de “Capital Política” de Santa Catarina, pela tradição de seus representantes e laços afetivos como o Rio Grande do sul, e pelo fato de ter dado dois governadores para o estado durante a Primeira República. Felipe Schmidt, que governou duas vezes. E Vidal Ramos. A cidade representava a força de políticos pecuaristas, contra outros de um meio urbano comercial. Cf. CORREIA. Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas; a Revolução de Trinta e a política em Santa Catarina, até 1935.** Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina. 1984. 27 p.

menos a elite nela estabelecida, nunca esteve alheia aos acontecimentos. Tendo em vista seus interesses, esta manteve-se atenta aos direcionamentos tomados frente a construção da nação. Também envolvida, esforçou-se em modernizar a cidade e moralizar seus habitantes, aderindo aos ideais republicanos. E pelos jornais, após a proclamação da República passaram a circular pelos jornais locais mensagens de civilidade, que deveriam servir de estímulo aos cidadãos.

O jornal *O Lageano*, servindo aos interesses dessa elite republicana, publica uma poesia na qual deixa claro que sem civilidade não haveria progresso nem perspectivas, além de prevenir quanto ao futuro obscuro que teriam aqueles que não aderissem à civilização. Chama também atenção o fato de que, ao invés do modelo europeu, o autor preferiu utilizar-se do modelo Norte Americano para convencer seus leitores. E a poesia ficou assim:

Mocidade lageana, eis adiante o progresso
 Que ansioso voz espera a par da civilidade
 Civilizai vossas idéias, que vereis logo o congresso
 De tudo que esforçar-vos, sem orgulho, sem vaidade.

Lembraí-vos que na luz espera esse processo
 Que arrastará ao cadafalso, quem viver na escuridade
 Civilizai-vos! Civilizai-vos!
 Para não se veres imerso
 Num povo que não merece no futuro identidade

Vede na América do Norte, nossos irmãos
 Que progridem nas artes e ciências
 Oferecer como modelo, grandes cortesões

Que convidam a emita-los com calma e paciência
 Todo o mundo, todos os nobres cidadãos
 Que amantes do progresso, procedem com onisciência³⁶

Sem ignorar o grande contingente de negros e mestiços a circular pelas ruas

³⁶ A mocidade. *O Lageano*, Lages, 27 de julho de 1894

da cidade, esta elite observou atenta o desenrolar da discussão sobre raças e modernização, e conforme foram os direcionamentos, tomou algumas providências. Quando da inauguração do Centro Cívico, Caetano Vieira da Costa e sua esposa, legítimos representantes da elite municipal, presenteiam os membros do Centro, com um estandarte nas cores verde e branco, além da letra de um Hino que viria a ser aceito e oficializado pelo Centro. Musicado pelo maestro Lourenço Batista e Pedro Cândido, assim dizia:

Do civismo o pendão arvoramos
Denodados, com fé, com ardor
Quando ufanos e crentes fundamos
Este Centro de paz e de amor.

Sejamos unidos
Que dez valem mil!
Cantemos as glórias
Do nosso Brasil

A extensão, a fortuna, a beleza,
Do Brasil desde as serras ao mar,
Os seus feitos de tanta grandeza
E mister conhecer, celebrar.

Para tanto elevemos nossa alma.
Eduquemos os nossos costumes;
Da vitória teremos a palma,
Do saber gozaremos os lumes,

Nosso lema é reunir os pequenos
Os humildes que ganham seu pão,
E dizer-lhes, altivos, serenos!
A grandeza da nossa missão.

Ao trabalho compete um lugar
De elevado destaque na História,
Aos seus filhos compete lutar.
Pra galga-lo com honra e com glória

Sejamos unidos
Que dez valem mil!
Cantemos a glórias
do nosso Brasil

A riqueza do pobre é a virtude,
E a consciência da honra é o dever.

Conquistemo-lo-a em toda amplitude!
Para tanto é mister aprender.

Sejamos unidos
Que dez valem mil
Cantemos as glórias
Do Brasil.³⁷

Na letra oferecida por Caetano Costa, mais uma vez encontramos a mesma mensagem de civilidade que havia sido enviada à mocidade lageana tempos atrás. Mas desta vez, não existe um modelo claro a ser seguido, e sim uma proposta de união, amor à pátria, e de participação dos “humildes” e “pequenos”, que também deveriam contribuir na da construção da nacionalidade brasileira. Mas para tanto era necessário “elear a alma”, “educar os costumes”, “acumular virtudes”, e em outras palavras civilizar-se. A condição estava então estabelecida, e propagada pelos membros do Centro Cívico todas as vezes que estes entoavam o Hino de sua associação. Para ser cidadão, para participar do desenvolvimento nacional, era necessário adquirir civilidade.

A imprensa, capaz de criar fatos e verdades, construir, e desconstruir identidades, estabelecer formas de vigilância criar condutas e sociabilidades, estabelecer parâmetros para distinção de classe, e definir e induzir formas de poder³⁸, empenhou-se em dar visibilidade ao Centro Cívico, favorecendo a sua inserção no contexto da cidade. Quase um ano depois da fundação o jornal *O Planalto*, representando aqueles que não estavam totalmente convencidos da capacidade de entendimento dos negros, expõe a seguinte opinião sobre a letra do hino do Centro Cívico:

³⁷ **Hino do Centro Cívico.** Cruz e Souza, Lages 22 de setembro de 1919.

³⁸ SERPA. Elio Cantalicio. Op. Cit. 21 p.

É que o Centro Cívico compõe-se na sua quase totalidade de homens de cor, operários, gente simples, sem cultura literária. O principal intuito da sociedade é levar os seus associados ao conhecimento da nossa Pátria, pelo estudo da sua geografia e da sua história, para o que pretende celebrar com carinho as datas nacionais. (...) no caso do Centro Cívico Cruz e Souza, o hino precisaria mesmo ser simples na forma, conciso e conceituoso para ser compreendido por aqueles que o vão cantar.³⁹

Se era pelo jornal que a elite de Lages, difundia a valorização da civilidade e fazia juízos a respeito das capacidades ou incapacidades dos negros lageanos, era também através dele, que ela demonstrava apoiar a existência do Centro Cívico. Nas páginas do jornal *O Lageano*, encontramos artigo referente ao Centro Cívico, no qual o jornal destaca evento por ele promovido.

A 19 do mês passado o Centro Cívico Cruz e Souza realizou no teatro municipal uma festividade em benefício de sua biblioteca. O sr. dr. Gama d'Eça fez brilhante conferência sobre o grande poeta catarinense Cruz e Souza, recebendo fartos aplausos. O ilustre biletista patrício foi apresentado pelo sr. Paulino Saldanha, secretário do centro. As senhoritas Mulata Silva e Maria dos Prazeres recitaram belas poesias.⁴⁰

Divulgando ato que recebeu apoio de Gama d'Eça que não excusou-se em fazer uma conferência. O jornal não deixou de fazer menção a participação das Senhoritas do Centro Cívico, que ao recitarem suas poesias numa festividade em que o Centro pretendia arrecadar fundos para construir sua biblioteca demonstravam cumprir os versos do seu Hino: "... a riqueza do pobre é a virtude... para isso é mister aprender."

Outras participações do Centro Cívico também mereceram destaque da imprensa. Quando Otacílio Costa, retornou a cidade após longa ausência, diversos políticos, autoridades e membros de associações, aglomeraram-se defronte a sua residência a fim de

³⁹Centro Cívico Cruz e Souza. O Planalto, Lages 13 de março de 1919.

⁴⁰Centro Cívico Cruz e Souza. O Lageano, Lages 04 de dezembro de 1921

saudá-lo No entanto em meio a tantas lideranças, para a imprensa o “destaque foi a presença da diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza.”⁴¹

Dito isso, proponho um estranhamento: Ora, se até então estão os negros, por sua natureza racial fadados ao atraso e incivilidade, de onde vem essa confiança de Caetano Costa e dos demais membros da elite, que apoiaram, comparecem, e aplaudiram o *Centro Cívico Cruz e Souza* no ato de sua fundação, além de abrir espaço para ele em seus jornais? A resposta creio que encontraremos, na seqüência das discussões de raça e construção da nação.

Entre 1890 e 1905, o médico Nina Rodrigues, objetivando elaborar uma obra sobre os negros brasileiros escreve diversos artigos. Todavia, devido a sua morte ocorrida em 1906, o trabalho não pôde ser completado. No início dos anos 30 porém, esses textos serão resgatados, organizados e publicados em 1933 na forma do livro denominado *Os Africanos no Brasil*.

Nestes textos, escritos no auge da aceitação das teorias raciais, o autor, põe-se a pensar sobre a realidade brasileira, e as possibilidades de concretização da nação.

Côncio da realidade da presença negra no país, Nina Rodrigues, define-a como empecilho ao progresso que “(...) há de sempre constituir um dos fatores de nossa inferioridade como povo.”⁴² No entanto, para ele, diante de tal constatação, que deveria ser superada para que a nação pudesse se constituir e desenvolver, o que importava ao Brasil determinar é o “(...) quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo

⁴¹ Deputado Aristiliano Ramos. O Lageano. Lages, 23 de agosto de 1920.

⁴² RODRIGUES. Nina. *Os Africanos no Brasil*. (1. edição 1933) 7. ed. São Paulo; Brasília: Editora Nacional 1988. 264 p.

mestiçamento, processo natural porque os negros se estão integrando no povo brasileiro.”⁴³

Engajado numa cruzada de higiene social, este médico-legista, não acreditando na capacidade dos negros constituírem por si só povos civilizados, coloca a miscigenação como a forma mais viável para que estes adquiram preceitos da civilização européia.

No entanto, para efeito de Brasil, mais do que a presença, era a grande quantidade de negros que preocupava Nina Rodrigues, “(...) abstraindo-se pois, da condição de escravos em que os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das conseqüências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada, aos progresso e à cultura do nosso povo”.⁴⁴

Empenhado numa série de pesquisas, justifica ele seus estudos na necessidade de “(...) tocar no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, passíveis germes de precoce decadência que mereciam sabido e estudados, em busca de reparação e profilaxia.”⁴⁵ Ou seja, se era pela via da mestiçagem que os negros integravam-se à população, dá-se conta Nina Rodrigues, de que a nacionalidade brasileira e o desenvolvimento nacional dependiam sobremaneira da contribuição do mestiço, em especial aquele que devido a urbanização e a abolição dos escravos, nascia do encontro entre negros e brancos.

⁴³ Idem. 264 p.

⁴⁴ Idem. 07 p.

⁴⁵ Idem. 01 p.

A partir daí, passa ele a defender a idéia da necessidade de se conhecer os negros africanos, analisar suas potencialidades e estudar suas deficiências, pois somente assim seria possível avaliar aquilo que de sua psicologia social havia sido incorporado a mestiça população brasileira.

Descartando qualquer possibilidade de êxito nas intervenções exclusivas do Estado na solução da questão negra,⁴⁶ considerava que diante da diversidade de grupos africanos que chegaram ao Brasil, a partir do tráfico de escravos, necessário se fazia promover a investigação das suas origens. Relutando em considerá-los uma massa homogênea – “todos negros” ou “todos africanos”, a ele cumpria julgá-los separadamente, discriminando as suas capacidades relativas de progresso e civilização.

Logo, dentre os “colonos pretos”⁴⁷, dois grupos chamaram-lhe imediata atenção: os de nacionalidade *Banto* e *Sudanesa*. Os primeiros seguiam a frente dos demais em expressividade numérica e disposição para o trabalho, porém, ficavam pra trás no que se referia à capacidade de civilização.

Quanto aos sudaneses, a presença destes no país, animou o autor. Fazendo o levantamento das ações dos integrantes de tal etnia no continente africano, depara-se ele com seus elevados conhecimentos e organização. Em tempo, Nina Rodrigues conclui que no Brasil, (...) senão numérica pelo menos a preeminência intelectual e social coube sem contestação aos sudaneses.⁴⁸

⁴⁶ Em sua obra Nina Rodrigues expõe crítica a projetos de branqueamento que previam a volta dos ex-escravos para a África, por parte do Brasil, e por parte dos Estados Unidos, a exportação destes para o México e Argentina.

⁴⁷ Durante toda obra o autor usa essa expressão ao designar os africanos residentes no Brasil, o que denota a sua preocupação mostrar num trabalho que se pretendia imparcial ao tratar dos negros, a capacidade civilizadora destes, como se trataria de representantes de qualquer outra nacionalidade.

⁴⁸ Cf. RODRIGUES. Nina. Op. cit. 37 p.

Impressionado com a sua longevidade, organização e grau de sociabilidade, o quilombo de Palmares também foi alvo de sua atenção. Na sua caminhada em busca de indícios de civilidade entre os negros, interessou-lhe saber quais grupos ali predominaram e, em especial, quais o geriram. Suas suspeitas, que não lograram confirmação, logo recaem sobre a forte coexistência no quilombo de bantos e sudaneses.

A medida que seus estudos avançavam, entusiasmava-se ele, ao verificar que o tráfico havia trazido ao país, ao contrário do que muitos pensavam, não os africanos mais “estúpidos” e “boçais,” mas, “(...) reivindicando os direitos da verdade, a observação desapaixorada dos fatos havia de, infalível, um dia reabilitar os negros dos exageros dessa condenação tão sumária quanto infundada. (...) em verdade, nas levas de escravos que, por quatro longos séculos, o tráfico negreiro, de contínuo, vomitou em nossas plagas americanas, vinham de fato inúmeros representantes dos povos africanos negros mais avançados em cultura e civilização.”⁴⁹

Sendo assim, cada vez mais convencido de que dentre os “colonos pretos,” alguns detinham possibilidades de adquirir civilidade, através do contato com o branco, Nina Rodrigues, buscando uma maior comprovação, passa a observar as manifestações artísticas e culturais dos negros no Brasil, para saber que “(...) na escultura se revela a capacidade artística. (...) no folclore a contribuição é de inesgotável opulência. (...) na religiosidade, estes estão em incontestável superioridade em relação ao índio. (...) na dança, a contribuição é para a formação do gosto artístico do povo, e na expansão das danças populares.”⁵⁰

⁴⁹ Idem. 161 p.

⁵⁰ Idem. 165-181 pp.

A visualização da produção artística negra, serviu ainda para que ele fundamentasse a noção que tinha acerca do estado evolutivo dos negros. Ao analisar uma escultura por exemplo, dirá ele: “(...) as vestes são ainda grosseiras porque as idéias não tem a precisa nitidez, os sentimentos e a concepção estão ainda pouco definidos, mas no fundo já se encontra a gema que reclama polimento e lapidação.”⁵¹

Nos escritos de Nina Rodrigues, é corrente a sua preocupação em deixar claro que os negros não são bons ou ruins. Apenas são o que são. Indivíduos integrantes de uma raça que longe de estar na inércia, evoluía e melhorava. O grande problema, na concepção dele, é que essa “melhoria”, esse ganho de civilidade, acontecia muito lentamente. E era essa morosidade em tempos de construção da nação que deveria se tornar conhecida e considerada, como ele próprio o faz, em outra obra sua a que chamou, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*.

Decidido a fazer a leitura das questões nacionais, a partir de todo um saber sobre as raças constituintes da nação, nesta obra o autor promove discussão sobre a situação das raças tidas como inferiores, frente a legislação referente a criminalidade então em vigor.

Acreditando na disparidade da evolução mental e social, existente entre negros e índios em comparação com os brancos, julgava ele que os primeiros não poderiam ser totalmente responsabilizados por crimes que a sua consciência ainda em formação, não reconhecia como tal. As formas de agir dos membros das raças inferiores eram, para Nina Rodrigues meras impulsividades, reflexos de extinto. Dedução que ele ampara na seguinte assertiva biológica: “simples funções orgânicas, pressupõe e tem elas o seu substrato

⁵¹ Idem. 169 p.

material e anatômico no gradual aperfeiçoamento e crescente complicação de textura de um sistema orgânico, o sistema nervoso. Mas na série animal as complicações crescentes na composição histológica ou bioquímica da massa cerebral só se operam com o auxílio da adaptação ou da hereditariedade, de um modo muito lento e no decurso de muitas gerações. Assim também, os graus sucessivos do desenvolvimento mental dos povos.”⁵² Para ele, o desenvolvimento aconteceria mas por força da “natureza” iria demorar. Essa “natureza racial”, fazia ainda Nina Rodrigues diferenciar entre negros, brancos e índios, não só a capacidade mental, mas também cultural, social e moral, embora coloque todos como em crescente perfectibilidade e aperfeiçoamento.

A incapacidade biológica tornava ainda impossível desconsiderar a questão do tempo, pois considerava inapropriado querer impor a um povo inferior uma civilização incompatível com o grau de seu desenvolvimento. A civilidade deveria ser cultivada aos poucos, com lentidão. Tanto no que se refere ao domínio social, quanto ao domínio moral e intelectual. “todavia, diz, ele, tem-se pretendido fazer um povo selvagem, ou bárbaro transpor no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas durante séculos, como se fosse possível suprimir a lei da herança, dispensar as lentas acumulações hereditárias e prescindir da ação necessária do tempo.”⁵³

No dizer de Nina Rodrigues, para se transformar a moral de um povo é preciso ser missionário. “(...) para apagar o traço dos séculos, é indispensável uma longa educação cujo efeito se transmita de pais a filhos.”⁵⁴

⁵² RODRIGUES. Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. (1. ed. 1894) 3. ed. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional. 1938. 43 p.

⁵³ *Idem*. 45 p.

⁵⁴ *Idem*. 48 p.

Educar, era para ele, preparar o indivíduo, dando-lhe parâmetros necessários a formação de uma consciência que irá reger suas ações em todas as situações da vida humana. No que se refere ao ato criminoso, nos diz ele: “Uma inteligência mais lúcida e cultivada há de certo julgar e comparar melhor os móveis de ação, apreciar com mais clareza e segurança as suas conseqüências próximas e remotas, do que uma inteligência acanhada e sem cultura. (...) pois que os sentimentos desenvolvem-se paralelamente a perceptividade, o aperfeiçoamento da inteligência, o desenvolvimento da razão, tornam-se condição de aperfeiçoamento dos sentimentos mais nobres, os sentimento sociais ou altruísticos. Assim pois, o desenvolvimento da inteligência deve auxiliar o desenvolvimento dos sentimentos e concorrer para melhorar o homem.”⁵⁵

É dessa forma, que transcendendo a questão criminal e percebendo a eficácia que o desenvolvimento de uma consciência crítica e gerenciadora poderia exercer na resolução de outros impasses, pergunta-se o autor se a domesticação do índio e a submissão dos negros seriam capazes de resolver os problemas do Brasil. Interessa-lhe saber quais procedimentos seriam necessários para a partir do desenvolvimento de tal consciência, estes pudessem ser transformados completamente em homens civilizados, pois, “(...) para que se possa exigir de um povo que todos os seus representantes tenham o mesmo modo de sentir em relação ao crime, que formem todos da ação delituosa e punível o mesmo conceito, para que a pena, aferida pela imputabilidade, não se torne um absurdo, um contra-senso, indispensável se faz que esse povo tenha chegado ao grau de homogeneidade. Depois disso, pense o que pensar o indivíduo, ele há de pensar com o cérebro social, ele há de crer sob palavra nas suas maiores afoitezas de espírito, e não fará mais do que repetir uma lição

⁵⁵ Idem. 240 p.

ensinada pela sociedade. Só então a lei poderá ser aplicada de forma homogênea.”⁵⁶

Comparando índios e negros, assim como o resultado do cruzamento destes com o branco, obtém ele duas importantes constatações: sem o cruzamento com o branco índios e negros demorariam muito até adquirir civilidade, sendo que o índios demorariam ainda mais que os negros por estarem num estágio ainda mais atrasado numa escala de evolução. Mas os mestiços provindos dessas uniões, principalmente aqueles provenientes da relação entre negros e brancos, estes sim poderiam ser educados. Sua inteligência poderia ser despertada, seu comportamento poderia ser corrigido. Ao que dirá Nina Rodrigues: “temos tido homens de grande talento, de merecimento incontestável, não só quase brancos, mas ainda mestiços quase negros.”⁵⁷ O que equivale dizer que havia desigualdades nos produtos dos cruzamentos. Desigualdades que o fizeram mais uma vez empreender esquemas de discriminação. Desta vez porém, a intenção é saber mais especificamente o potencial não dos negros africanos, mas sim dos mestiços, pois estes seriam sempre os habitantes do país. Assim, o resultado dos cruzamentos entre brancos e negros, foram classificados por ele da seguinte forma:

Mestiços superiores: aqueles que pela predominância da raça civilizada na sua organização hereditária, ou por uma combinação mental feliz, devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis.

Mestiços degenerados: em virtude de anomalias de sua organização física, bem como de suas faculdades intelectuais e morais devem ser considerados tristes representantes de variedades doentes da espécie.

⁵⁶ Idem. 50 p.

⁵⁷ Idem. 147p.

Mestiços comuns: socialmente aproveitáveis, superiores as raças selvagens de que provieram, mas que, já pelas qualidades herdadas dessas raças, já pelo equilíbrio mental que neles operou o cruzamento, não são equiparáveis as raças superiores e acham-se em eminência constante de cometer ações anti-sociais de que não podem ser plenamente responsáveis.⁵⁸

As ponderações de Nina Rodrigues, explicitadas nestas duas obras, mostram-se permeadas pela preocupação em, aceitando a inegável constituição multirracial do país fazer a leitura da nação e procurar soluções para seus problemas de constituição, exatamente onde estes nasceram, ou seja, na própria miscigenação.

Elencando a morosidade como ponto fraco que impedia o acesso dos negros, à civilidade ao mesmo nível dos brancos, Nina Rodrigues, sem perder de vista a questão biológica, desqualifica o caráter determinante e irreversível de que até então se revestiam os discursos ao tratar do assunto. E para aqueles que insistiam em assim se posicionar, manda ele um recado: “(...) não é argumentando com o que nos ensina o curto período do conhecimento histórico dos povos, que se pode lavrar a condenação do negro a uma estagnação eterna na selvageria.”⁵⁹

Pretendendo-se realista, chega ele a conclusão de que no interior dos povos negros existiam inúmeras diferenças, que formavam uma “(...) escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são pois aptos a uma civilização futura.”⁶⁰ Embora, alerte ele, não ser possível dizer que essa civilização seja a mesma da raça branca.

⁵⁸ Idem 216 p.

⁵⁹ Idem. 263 p.

⁶⁰ RODRIGUES. Nina. **Os Africanos no Brasil**. Op. Cit. 264 p.

Para Nina Rodrigues, resolver o “problema negro”, significava responder as seguintes questões: “Qual a capacidade cultural dos negros brasileiros? Quais os meios de promovê-la ou compensá-la? Qual a conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca que assuma a direção do país?”⁶¹

Perguntas que independente das respostas obtidas, a simples enunciação já demonstrava um novo olhar que pairava sobre os negros do Brasil, um olhar de vontade, de busca por formas de neles cultivar a tão almejada civilidade.

Alguns anos depois, também procurando respostas para os problemas nacionais, Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*, coaduna-se a Nina Rodrigues em diversos pontos de seu trabalho.

Neste livro que segundo ele, foi escrito na tentativa de aplicação dos novos critérios de conhecimento (cultura) à interpretação da história e estudo da formação nacional, há a recusa em pensar o país sem considerar a diversidade de sua população.

Como Nina Rodrigues, também ele procura conhecer o povo brasileiro, e numa crítica às correntes nacionalistas, que desdobravam-se em exaltações às belezas naturais do país, e às características positivas das raças formadoras; pretende ser “exato, sincero e veraz.”⁶²

O modelo europeu que servia de parâmetro a construção de um “Brasil de manifesto aduaneiro made in Europe,”⁶³ Foi por ele abominado, por não ter conseguido até então constituir a nacionalidade. A salvação nacional, na sua concepção necessariamente

⁶¹ Idem. 264 p.

⁶² VIANNA. Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1938. 13 p.

⁶³ Idem. 14 p.

passava pela “resolução corajosa de mudar de método – método de educação, método de política, método de legislação, método de governo”⁶⁴. Considerava ineficazes todos os métodos utilizados até então para dar viabilidade ao país. “Devemos doravante jogar com fatos, e não com ficções, e, por um espaço de vontade heróica, renovar nossas idéias, refazer nossas culturas, reeducar nosso caráter. Essa obra de reeducação, que é também obra de organização e construção, só a empreenderemos e com êxito a concluiremos, se sujeitarmos o nosso povo a uma análise fria e severa na sua composição, na sua estrutura, nas tendências particulares da sua mentalidade e do seu caráter. Só assim saberemos, de ciência certa, quais as incapacidades a corrigir, quais as deficiências a suprir, quais as qualidades a adquirir.”⁶⁵

Por Acreditar na existência de fundamentais diferenças entre os grupos negros chegados ao país, observa que cada resultado de cruzamento, dava origem a um tipo diferente de mestiço, que por sua vez, refletia a índole do grupo negro do qual provinha seu ascendente, “(...) há tribos de negros absolutamente indomesticáveis e incivilizáveis, de instintos selvagens, de mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão. Outros revelam inteligência superior, capacidade progressista, talentos artísticos, temperamento dócil, generoso e obediente; outras há ainda de negros inteligentíssimos, vivazes, sagazes, arditos...”⁶⁶

Em outra obra sua, também colocando a raça como um fator determinante das atividades e dos destinos dos povos, Oliveira Vianna, em *Raça e Assimilação*, irá dizer que os “modos de expressão da vida social, sejam morais, sejam intelectuais de um dado grupo,

⁶⁴ Idem. 18 p.

⁶⁵ Idem. 18 p.

⁶⁶ Idem. 129 p.

(...) estão dependentes dos tipos de temperamento. E os tipos de inteligência e de temperamento estão por sua vez dependentes dos tipos de constituição, que por sua vez estão dependentes das raças.”⁶⁷

Como Nina Rodrigues, também elegeu o cruzamento com o branco como forma do negro chegar a civilidade. No entanto a arianização não poderia circunscrever-se ao clareamento da pele, Ela deveria ser mais ampla, a arianização deveria chegar à conduta e ao comportamento, gerando mestiços superiores, “arianos pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos suscetíveis a arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país.”⁶⁸ Identificar tais mestiços era para o autor uma questão de extrema importância, favorecer o seu aperfeiçoamento não só era possível como imprescindível.

Integrantes da intelectualidade brasileira, que por muito tempo debateu-se em meio a teorias que por serem biologicamente embasadas, traziam consigo algo de muito definitivo e irremediável, estes autores dão-nos mostras da vontade em encontrar saídas para a nação, através do conhecimento das singularidades do povo que a constituía. A percepção melhor informada da realidade do país resultou no esforço em procurar formas de inserir os mestiços, pelo menos aqueles que classificados como viáveis eram suscetíveis ao melhoramento.

Para a elite da cidade de Lages, do início do século XX, Paulino e seus companheiros membros do Centro Cívico, apesar de “humildes e pequenos” tinham possibilidades de serem melhorados. Todo um saber exaustivamente discutido pelos

⁶⁷ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 4. edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1959. 41 p.

⁶⁸ Idem. 131 p.

construtores da nação lhes dizia isso. Os negros poderiam ser educados; poderiam participar da modernidade do país, desde que houvesse vontade por parte deles, e apoio por parte daqueles que outorgavam-se definidores os destinos da cidade. E era isso que unia a todos na cerimônia de fundação. Todos estavam aproveitando-se das novas perspectivas para conquistar seus interesses. A elite queria resolver o problema da incivilidade de sua população negra, que comprometia suas ambições de modernizar a cidade e a nação. Então passa a apoiar o Centro Cívico, pois percebe na associação o lugar ideal para que os negros possam ser corrigidos em suas “deficiências”, ao mesmo tempo em que podem ser melhor observados. Para os negros que necessitavam de espaço para bem poder construir e exercer sua cidadania, o Centro Cívico será o ambiente ideal, pois falando desde a associação, como o fez Paulino, não era voz do negro que se ouvia, era a voz do Primeiro-Secretário de uma associação aceita e legitimada pela elite da cidade.

1.2 – Inventando um povo e uma nacionalidade

Quando Caetano Costa, falou a Joaquim de oliveira, que os negros deveriam se “organizar”, talvez estivesse se referindo a duas coisas: a necessidade destes se unirem a fim de trocar idéias, educar-se, e discutir assuntos do interesse da população negra da cidade. Ou a falta de um espaço onde pudessem entregar-se a divertimentos, como bailes e festas. Ou quem sabe eram as duas coisas ao mesmo tempo. De qualquer forma em ambas, a questão da civilidade está implícita, a primeira dizendo respeito a cidadania, que condicionava-se a educação. A segunda certamente tinha relação com a modernização da

cidade que esbarrava em certas atitudes tomadas pelos negros, quando estes estavam a divertir-se.

No jornal O Lageano, por exemplo, encontramos notícia de um baile promovido por “*uns pretos*”, num lugar chamado quarteirão do escurinho, no distrito do Capão alto. Segundo o artigo, quatro “*pretos*”, que não haviam sido convidados para o baile, tentaram participar, mas não foram aceitos por serem desordeiros. As conseqüências foram trágicas. Pois quando encerrou o baile e os participantes dirigiam-se para suas casas, os desordeiros fizeram a maior confusão, distribuindo tiros, facadas e surras com rabo de tatu. Em meio ao caos, o cavalo onde estava montada uma criança assustou-se e disparou com a criança dependurada em seu lombo, até que a mesma caiu, sendo pisoteada pelo animal, vindo a falecer. Os quatro rapazes fugiram, mas foram perseguidos e capturados.⁶⁹

Para uma elite que buscava criar um ambiente ordeiro e civilizado, notícias como essa, significavam que uma parte da população, estava alheia as formas de comportamento condizentes com a modernização da cidade. Na tentativa de inibir tais condutas desagradáveis, utilizou-se principalmente dos recursos legislativos, mas as reprimendas veiculadas pela imprensa também não foram desconsiderados.

Quando da implantação do Código de Posturas do município datado de 1895, em um de seus artigos proibiu-se...

- 1º - Fazer bulhas ou voserias, dar gritos altos sem necessidade reconhecida.
- 2º- fazer sambas, ou batuques quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas e das povoações.⁷⁰

A intenção era colocar para longe da vista e dos ouvidos, o barulho e a

⁶⁹ Um desastre no Escurinho. O Lageano, Lages 03 de maio de 1922

⁷⁰Gazeta de Lages. 03 de novembro de 1895. Apud. Marcon. Frank Nilton. Op. Cit. 83 p.

algazarra de uma gente desregrada que não havia ainda aprendido a se comportar, num meio urbano. Importante perceber que nesses primeiros anos de urbanização municipal, a legislação, assume caráter repressivo que também pode ser verificada no regulamento que visava a normatização dos divertimentos públicos em Santa Catarina, e que entre outras, destaco as seguintes disposições:

Art. 7º - Não será levada a cena peça cujo enredo ofenda as instituições nacionais e estrangeiras, aos poderes constituídos do país, aos representantes de qualquer nação, aos bons costumes e moral ou que contenha alusões agressivas a determinadas pessoas ou que por qualquer forma perturbe a ordem pública.

Art 19º - É proibida a entrada das pessoas embriagadas, as que não estiverem decentemente vestidas e aos vendedores ambulantes.

Art. 25º - O prefeito de Polícia pode proibir temporária ou definitivamente o funcionamento de qualquer teatro ou divertimento público a bem da manutenção da ordem e tranqüilidade pública.⁷¹

Mas apesar da legislação encontramos no Jornal Região Serrana de 15 de maio de 1910, artigo que diz:

Ultimamente a nossa policia tem cochilado um pouquinho (...) assim é que nenhuma providência tomou para acabar com esses indecentes fandangos que quase todas as noites, como a atrasada, perturbam a tranqüilidade das famílias, especialmente na rua Cel. Córdova, onde existem alguns cortiços infectos e anti-higiênico. Admira-nos o consentimento que por parte do proprietário da casa encontram as perturbadoras do sossego que à noite tem direito as famílias daquela rua, para realização desses nauseabundos fandangos. Esperamos da autoridade policial as providências que esse ato reclama.

Quem conhece a geografia da cidade de Lages, sabe que a citada rua, localiza-se no centro da mesma. Motivo pelo qual, a indignação do articulista do jornal, se volta contra o fato do território-primeiro de modernização da cidade, conter ainda “cortiços infectos e anti-higiênicos”, além de fandangos indecentes e perturbadores. Da mesma foram, o jornal A Noticia de 07 de setembro de 1912, noticiava sobre um “Chimfrim

⁷¹ Cf. Regulamento paara os divertimentos públicos do Estado de Santa Catarina. redigido no governo de Gustavo Richard em 1909

ocorrido num dos costumeiros sambas que realizava-se na casa de Thereza de tal. Quatro praças que policiavam o bairro foram agredidos e contundidas algumas. Avisado, compareceu o sr. Delegado de Policia que acabou com a festa, serenando o ânimo dos exaltados que na maior parte estavam armados de cacetes.”

Também *O Lageano* aponta mais um local onde acontecem imoralidades, algazarras, tiros e pancadarias, dando-nos mostras de que a região central da cidade, na lógica dos articulistas de jornal deveria ser resguardada dos indecentes bailes públicos...

A zona da Santa Cruz, de certo tempo a esta parte, tornou-se o teatro de cenas que deprimindo os nossos foros, vem concorrendo para a completa perdição de nossos pequenos morenos. Existe lá, ao que nos consta, um célebre clube que semanalmente realiza um concorrido fandango, terminando quase sempre com forte e imoral algazarra, pancadarias e tiros.⁷²

No entanto, o que mais chama atenção no artigo acima é o alerta para o perigo que correm os “pequenos morenos”, que frequentam o lugar. Os mesmos “pequenos morenos” que segundo a letra do Hino composto por Caetano Costa, deveriam ser reunidos, para serem educados e assim conquistarem a riqueza do pobre – a virtude.

Para Frank Marcon “o reaparelhamento dos órgãos repressivos, como as constantes ampliações e reformas da cadeia municipal, e o aumento do efetivo policial, foram alguns dos instrumentos usados para a implantação gradativa das novas práticas sociais que se pretendia regulamentar, no intuito de se fazer cumprir as leis e posturas, além de manter uma determinada ordem em relação ao comportamento social que condissesse com a propaganda moral civilizada.”⁷³ Porém, para que se pudesse cobrar do individuo o bom comportamento, era preciso que lhe dar os ensinamentos de civilidade. A criação de

⁷² Com a Polícia. *O Lageano*, Lages 18 de agosto de 1916.

⁷³ MARCON, Frank. Op. Cit. 90-91 pp.

escolas particulares, a fundação do Instituto de Educação Vidal Ramos, em 1912; a fundação de clubes sociais, como o Primeiro de Julho em 1896, e o 14 de Junho em 1920; a criação de sociedades literárias, teatrais e musicais; a ênfase à higiene e o embelezamento na reformulação do espaço urbano; são ações transpassadas pela intenção de ir além das medidas repressivas e, proporcionar a formação de uma consciência civilizada em cada cidadão, através da educação. As leis, e todo o aparato repressivo, seriam então fiscalizadores do bom uso do ensinamento recebido.

Nessa linha, o *Centro Cívico Cruz e Souza* encontra o seu espaço como lugar onde a comunidade negra do município deveria se reunir para educar-se, participar dos melhoramentos da cidade e não mais se envolver nas desordens dos bailes públicos. Porém, havia ainda mais uma força a atuar sobre a importância do Centro Cívico para a elite. Uma força relacionada, as condutas corporais dos negros, e as formas de intervenção que necessitavam ser pensadas, para que o seu desregramento corporal não viesse a prejudicar a hereditariedade do Brasil. Para saber mais sobre isso, é importante conhecer algumas temáticas debatidas nas primeiras décadas do século XX.

Em 1911, no Primeiro Congresso internacional das Raças, o antropólogo Franz Boas apresenta um discurso que fundamentado em novas teorias da raça, introduz a noção de plasticidade do corpo e da cultura, em detrimento da noção de estabilidade física que até então sustentava a teoria racial. Era o início de um processo que se caracteriza pela descrença nos parâmetros científicos da teoria racial para classificar as sociedades do mundo. Fator que cria condições para que os antropólogos defendam a idéia do relativismo cultural, e da impossibilidade de uma taxonomia racial, baseada na superioridade ariana.⁷⁴

⁷⁴ Cf.: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A intimidade luso-brasileira: Nacionalismo e Racialismo*. Coimbra, 34 p. Texto não publicado.

Ou seja, cada vez mais procurou-se no saber cultural as explicações para as diferenças raciais, culminando com a positivação da mestiçagem a tornar-se representativa dessa gradativa passagem de um ideário biológico, para um cada vez mais cultural.

Inaugurava-se um novo tempo, em que as diferenças entre os povos passaram a ser enquadradas nas categorias de nacionalidade e etnicidade, e os cientistas, especialmente os antropólogos e médicos, fizeram proliferar os estudos culturais para caracterizar os habitantes da nação, e o meio físico, cultural e social para explicar as causas da formação e da possibilidade de transformação.⁷⁵ Análises que interessavam sobremaneira aos brasileiros que se punham à busca de soluções para o país.

Baseando-se nesse novo saber, os intelectuais, médicos, juristas, etc., respiram aliviados ao se verem frente a uma possível solução para o “problema negro”, já que a flexibilidade proposta por essa nova linha de pensamento possibilitava a utilização de mecanismos de intervenção capazes de obter o melhoramento, o embelezamento, e a tão esperada regeneração do povo brasileiro, sem que para isso fosse preciso o total afastamento do determinismo racial, que por sua vez oferecia num de seus pressupostos, a legitimidade para a implantação de medidas eugênicas de melhoramento.

Afrânio Peixoto, discípulo de Nina Rodrigues, mas intimamente ligado a medicina carioca, enfatizou a questão do branqueamento, que segundo ele se daria pela via da imigração e da seleção sexual. Para este eugenista, o progresso nacional dependia de sérios projetos de depuração, que deveriam ser implementados, mesmo que para isso fosse

⁷⁵ Idem. 12 p.

necessário o cerceamento de algumas liberdades individuais.⁷⁶ Acreditando no caldeamento controlado como via de melhoramento, é dele a previsão de que em trezentos anos os brasileiros seriam todos brancos em uma civilização latina. Frequentemente na sua obra encontram-se conceitos sobre o papel das raças; a necessidade de o negro aceitar sua posição servil, ou da ambigüidade do mestiço, fruto da mistura de raças.”⁷⁷

A saúde, do ponto de vista de Afrânio Peixoto, só seria alcançada a partir de medidas higiênicas que permitissem “a escolha sexual de dois indivíduos aptos à procriação, em que os interesses de atração recíproca dominem os subalternos das conveniências sociais; a procriação no momento propício de maturidade genésica de ambos; adquirir cultura no seio materno do ser produzido, de sorte a lhe permitir o desenvolvimento perfeito.”⁷⁸ Procedimentos que sugeriam ações concretas no âmbito da família, que já a algum tempo era alvo de intervenções por parte de especialistas de toda ordem,⁷⁹ abrindo passagem para os projetos de aperfeiçoamento racial.

A eugênia, ou melhor, o paradoxo social eugênico,⁸⁰ estabeleceu-se no Brasil

⁷⁶ Renato Kehl, organizador dos Congressos de Eugenia, colocava o Governo como principal responsável pelo futuro da Nação, e coadunava-se à Afrânio Peixoto ao considerar o médico como único capaz de indicar os caminhos da reabilitação nacional. Para ambos sobre todos os aspectos da vida, ao médico caberia medicar, e ao Governo legislar.

⁷⁷ Apud. MOTA. Joaquim César; LOPES. Eliane Teixeira; CÔSER. Silvana. Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) Ensaio Biográfico. In: HERSCHMANN. Micael; PEREIRA. Carlos Messeder. Op.Cit. 147 p.

⁷⁸ PEIXOTO. Afrânio. Higiene-Medicina Preventiva, 1922. 12 p. Apud. MOTA. Joaquim César; LOPES. Eliane Teixeira; CÔSER. Silvana. In: HERSCHAMANN. Micael; PEREIRA. Carlos Messeder (orgs). Op. Cit. 169 p.

⁷⁹ COSTA. Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma familiar*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal. 1989. 27 p.

⁸⁰ Devido ao pleno estabelecimento de descobertas científicas como a independência das células germinativas em relação às somáticas, ou a teoria cromossômica da herança, as premissas básicas da eugenia foram negadas no início do século XX. Contudo a “década de 1920 será a década de uma nova gestação das idéias eugênicas. (...) o grande paradoxo dessa década consistia em que, destruídos todos os argumentos científicos que poderiam justificar a eugenia esperar-se-iam pregações eugênicas muito mais brandas, relativizadas pelos recentes avanços científicos. Mas ao contrário a argumentação eugênica não apenas se radicalizou, como passou a demandar contrapartidas institucionais urgentes para salvação dos Estados Nacionais”.

com mais vigor nos anos 20 do século passado. Implicando em políticas sociais extremamente intervencionistas, os postulados eugênicos professavam que só havia uma maneira de lidar com o fenômeno da diferença: era cuidar da raça, ou seja, era preciso “estimular certas uniões e impedir outras; estimular certos indivíduos e isolar outros,”⁸¹ já que como defendia Octávio Domingues, “os bons fatores genéticos ou hereditários que constituem o patrimônio biológico da raça ou da espécie, precisam na verdade de estímulos externos, daí esse conjunto de medidas de ordem puramente eugênica, destinadas a que o indivíduo seja bem concebido, bem nascido, bem criado, educado física, intelectual e moralmente.”⁸²

Esse “conjunto de medidas” eram os projetos eugênicos⁸³, ou os “estímulos externos”, que num período que se estende desde o final do século XIX, até a primeira metade do século XX fizeram parte dos discursos de regeneração, justificando os investimentos e apontando soluções no sentido de melhorar o povo brasileiro; sanando-o, e tornando a hereditariedade do Brasil viável a despeito da miscigenação e suposta inferioridade que o compunha.

BIZZO, Nélio Marco Vicenzo. **Eugenia, quando a biologia faz falta ao cidadão**. In: Caderno de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. N. 92, p. 43.

⁸¹ SCHWARCZ. Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz; SILVA. Renato da. (orgs). Op. Cit. 169 p.

⁸² DOMINGUES. Octávio. **Hereditariedade e Eugenia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1936. 53 p.

⁸³ Note-se os meios indicados por Renato Ferraz Kehl para obtenção da melhoria racial: Registro do pedigree das famílias; segregação dos doentes criminais; esterelização dos anormais e criminosos; Neo-Malthusianismo com processos artificiais para evitar a concepção nos casos especiais de doença e miséria; regulamentação eugênica do casamento e exame médico pré-nupcial obrigatório; educação eugênica obrigatória nas escolas secundárias e superiores; propaganda popular de conceitos e preceitos eugênicos; luta contra os fatores disgenizantes por iniciativa privada e pelas organizações oficiais; testes mentais das crianças entre oito e quatorze anos; regulamentação da situação dos filhos ilegítimos; estabelecimento de cuidados pré-natais e pensões para mulheres pobres; regulamentação da imigração sobre a base da superioridade média dos habitantes do país, estabelecida por testes mentais; estabelecimentos dos defeitos hereditários disgênicos que impedem o matrimônio e os que podem servir de base a pleiteação do divórcio. Ver: KEHL. Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: s/e. 1929. 155 p.

Tratava-se de criar um comprometimento, através de uma nova consciência, pois "... formada a consciência eugênica, o homem não agirá mais inconscientemente, como o vem fazendo, a séculos, de modo bárbaro, ao pretender continuar o seu "eu", numa prole que seja a demonstração da sua própria perenidade na Terra. Ao casar, ao gerar, ele há de fazê-lo na certeza de que os seus filhos herdarão as boas qualidades, assim como as taras e as mazelas dos seus pais, as quais estes herdaram dos avós, o mais remotamente que seja, numa confirmação do velho axioma: "quem puxa os seus, não degenera..."⁸⁴

A vinda de imigrantes⁸⁵, ou o incentivo aos estudos acerca do corpo e da sexualidade, são apenas alguns exemplos das muitas intervenções, guiadas por um novo saber científico prenhe de estudos biológicos e culturais que enfim positivam a miscigenação, ou pelo menos indicam os caminhos para sua superação. Dada a possibilidade de aperfeiçoamento do mestiço, prescrevia-se o controle dos cruzamentos raciais e os investimentos na formação da conduta civilizada, como meios de subtração do elemento inferior, transformando o branqueamento numa consequência óbvia e fortuita.

E em se tratando da boa mestiçagem, Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, discorre acerca das vantagens sociais resultantes dos intercursos sexuais dos padres, que segundo ele, ao unirem-se as escravas, mesmo em condições morais desfavoráveis formaram elementos sociais, e eugenicamente superiores.⁸⁶

⁸⁴ DOMINGUES. Octávio. **Hereditariedade e Eugenia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1936. 21 p.

⁸⁵ Com referência a imigração lembro o entusiasmo de Nina Rodrigues frente ao grande contingente de imigrantes europeus que chegavam ao Sul do Brasil, "donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra.." Baseava-se ele, em um observador brasileiro, o Dr. Remédios Monteiro, que lhe informava que " a raça negra tende a desaparecer em Santa Catarina, por efeito do clima: as crianças anemiam-se, escrofulizam-se, tuberculizam-se. enquanto as que não são de tal origem criam-se bem." Ver: RODRIGUES. Nina. **Os africanos no Brasil**. Op. Cit. 09 p.

⁸⁶ FREYRE. Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 29 ed. Rio de Janeiro: Record. 1994. 442 p.

Confiante na transmissão dos caracteres adquiridos, ele ainda ameniza a indisciplina eclesiástica ao dizer que “esses homens, das melhores famílias e da mais alta capacidade intelectual, indivíduos educados e alimentados como nenhuma outra classe, em geral transmitiram aos descendentes brancos, e mesmo mestiços, essa sua superioridade ancestral e de vantagens sociais.”

“Aos bastardos (...)”, continua ele - agora positivando as relações sexuais entre senhores e escravas. “(...) quando mestiços resultaram quase sempre na união do melhor elemento masculino – os brancos afidalgados das casas grandes – com o melhor elemento feminino das senzalas – as negras e mulatas mais bonitas, mais sadias e mais frescas.”

Arthur Ramos, dá-nos mostras da circulação de novas idéias, quando dessa forma analisa o trabalho de Nina Rodrigues: “Infelizmente, preso as teorias científicas do seu tempo, Nina Rodrigues defendeu algumas teses hoje inadmissíveis, como a das desigualdades raciais, da degenerescência da mestiçagem, com as conseqüências na ordem política e social, destes pontos de vista. Ele atribuiu a contingência de raça ao que hoje atribuímos à contingência de culturas. (...) Nina Rodrigues trabalhou com as hipóteses de trabalho de sua época.”⁸⁷

Procurando reinterpretar o trabalho de Nina Rodrigues, com as “hipóteses de seu tempo”, Arthur Ramos, ao estudar o fenômeno da aculturação, irá defender a idéia de que o processo de aceitação ocorre quando a nova cultura é aceita, com perda ou esquecimento da herança cultural mais velha, ocorrendo a aquiescência de todos os membros do grupo, e, como resultado, ocorre a assimilação, por eles, dos padrões culturais e dos valores interiores da nova cultura, com as quais entram em contato. Diz ele ainda: (...)

⁸⁷ RAMOS. Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. S/d. 201 p.

todas as vezes que se opera o distanciamento dos indivíduos negros dos seus padrões de cultura, vão se acentuando progressivamente as oportunidades do processo de aceitação. Por isso, (...) não há necessidade de apelarmos, na solução dos nossos problemas de contato de culturas, para nenhum processo biológico de branqueamento arianizante. (...) a aceitação será o resultado final, todas as vezes que duas culturas diversas se põe em contato. É para esta solução que se encaminham os negros no Brasil.

Quanto a exploração política do negro, no livro *As culturas negras no novo mundo* - trabalho proposto como um ensaio de psicologia social e antropologia cultural, ele deixa claro que o negro deve ser estudado "... com critério objetivo, como material humano de pesquisa. O interesse normativo virá depois, quando houver uma elite negra, com seus líderes, a traçarem normas, diretrizes, para o futuro do seu povo de cor, diretrizes que devem buscar as suas raízes científicas no trabalho objetivo previamente realizado." ⁸⁸

Apesar desta positivação da mestiçagem ter em vistas ainda o branqueamento, e do aspecto raça não ter sido abandonado, é possível perceber uma sutil curvatura nas discussões, que perdem um tanto do seu caráter determinista e catastrófico, e ganham expressões mais flexíveis, como "meio físico, cultural e social", ou "possibilidade de transformação". Além, é claro, de reforçarem a crença no potencial de civilização do negro a partir da aculturação. Em artigo publicado pela Revista *A Ordem*, em que se analisa a obra *Raça e Assimilação*, dizia-se que Oliveira Vianna, chamando a atenção para o embate de raças, reduzia aos olhos da grande maioria dos seus leitores, o problema do Brasil a um problema de raças. "Quando ele é, antes de tudo, um problema de mentalidades. (...) E, realmente nós sabemos que as raças são desiguais no corpo e no temperamento. Mas isso

⁸⁸ Cf. RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. (1. ed. 1935). 4. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1979. 07 p.

não é ainda tudo num homem”, manifestava-se o articulista revelador da circulação de discursos não-deterministas.⁸⁹

Mas imbricadas às discussões científicas que envolviam a construção da Pátria, alojavam-se as discussões sobre o nacionalismo. Que tipo de nacionalismo adotar? quais valores destacar com vistas a fazer nascer em cada indivíduo sentimentos de pertencimento, de amor a Pátria, e orgulho da nação? Quanto a isso os direcionamentos, apesar de variados encontravam forte correspondência junto aos debates científicos.

Para Lúcia Lippi Oliveira, no momento em o determinismo racial estabeleceu-se imperiosamente, o nacionalismo brasileiro se fundou sobre os aspectos físicos do país, sua imensidão, suas belezas naturais, sua geografia. Ou então, valorizou as qualidades psicológicas dos grupos formadores, tais como a hospitalidade do índio, a resignação, a coragem e a laboriosidade do negro, o amor ao trabalho e a filantropia do português. O mais importante naquele momento era evitar agentes desagregadores como raça ou religião.⁹⁰

Assim, a corrente nacionalista a que se chamou *Ufanismo* detinha uma interpretação da História da Nação, na qual valorizava-se além dos aspectos territoriais e culturais, aqueles que diziam respeito à psicologia coletiva do brasileiro. Imprimindo um maior otimismo com relação a mestiçagem e ao futuro da nação, tal corrente angariou grande aceitação.⁹¹

Entretanto, com o advento da Primeira Guerra Mundial sobreveio em todo mundo uma grande instabilidade e insegurança. Forçosamente, os nacionalismos ocidentais

⁸⁹ **Raça e Assimilação.** A Ordem, 1933 p. 541.

⁹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990

⁹¹ Idem. 128-143 pp

tiveram que ser revistos em seus fundamentos. No Brasil particularmente, este daí por diante deveria conter ingredientes de unificação nacional capazes de mobilizar a população em defesa da Pátria. Na ata de instalação da Propaganda Nativista em 1919, constam Os *mandamentos do Patriota Brasileiro*, donde num total de vinte, recortamos três:

Amar a Pátria. Estudar sua geografia; saber que o Brasil é o segundo país da América pelo seus recursos naturais, extensão e população, bem como pela cultura dos seus filhos;

Orgulhar-se de suas origens americanas e saber que a mestiçagem tem produzido os vultos mais eminentes da nossa história – o que justifica as vantagens do “caldeamento das raças”;

Compreender que o Brasil está formando uma grande “raça histórica”, com elementos étnicos americanos, africanos e europeus do norte e do sul;⁹²

Quanto ao pensamento racista, este com sua essência dissolvente não encontrou guarida nestes novos encaminhamentos, configurando-se assim um relativo rompimento com o determinismo racial. Sendo assim, cada vez mais deslocado, o discurso das teorias raciais teve que dar passagem aos direcionamentos que levassem ao desenvolvimento e unificação nacional.

É portanto, a partir da percepção desse deslocamento teórico, aflorado em meio aos nacionalismos ocidentais, que o Brasil, na pretensão de se construir como uma nação forte, viável, e unificada, é chamado a se regenerar e promover o branqueamento dos seus negros. Um branqueamento que para muito além da troca de pigmentação da pele, também significava a alvura da moral e do comportamento.

Longe de ser um tipo ideal a idéia de união e homogeneização da nação nacional superou qualquer restrição ao mestiço símbolo nacional. Além do mais, ainda

⁹² BOMÍLCAR. Álvaro. *A Política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Apud: OLIVEIRA. Lúcia Lippi. Op. Cit. 154 p.

acreditava-se na superioridade do gene branco, que superior em força e vitalidade, certamente iria sobrepujar os genes inferiores, promovendo o branqueamento. Um processo demorado, mas tempo, não era problema, a juventude da nação era um fator positivo que faz com que ela possa ser corrigida em seus erros e aperfeiçoada em suas deficiências. Uma nação para o futuro, e com futuro era o que se construía.

Tornada possível a partir da superação das visões deterministas de raça, acreditou-se que somente através da transmissão aos negros e mestiços, de preceitos de civilidade, de pertencimento e responsabilidade para com o futuro da nação, haveria condições de prever um futuro melhor para o país. Comprometê-los significava chamá-los a participar da empreitada de construção, através da mudança da sua postura pessoal, através da alteração do seu comportamento, e do controle da sua sexualidade. Ou seja, o desejo de branqueamento seria concretizado na postura civilizada do povo. Nos seu trabalho, na sua educação, nos seus hábitos de higiene, na movimentação do corpo, etc. O cruzamento deveria acontecer também através da educação do corpo. Para Roquete-Pinto, por exemplo, a verdadeira questão nacional não era transformar os mestiços do Brasil em gente branca, mas a educação dos que aí se achavam, assegurava, a partir de suas observações em famílias populares, que mesmo sem a intervenção de outro elemento branco, o cruzamento de mestiços fornece prole branca.⁹³

Esses objetivos grandiosos e cheios de audácia, circularam pelo país e na Serra catarinense encontraram Lages, uma cidade que como dizia o jornal *O Lageano* de julho 1917 “(...) não podia deixar de tomar parte no movimento de regeneração nacional. Não se compreende como ela poderia mostrar-se insensível aos apelos do patriotismo, quando

⁹³ Cf. FLORES. Maria Bernardete Ramos. Op. Cit. 19 p.

todas as demais partes componentes da Pátria Brasileira, num convulsionamento salvador, expulsam de seu hábitos a rotina, rompem com os grilhões do indiferentismo comodista, que as traziam presas ao degradante pelourinho de uma semi-barbárie..."⁹⁴

É recorrente na bibliografia sobre o Centro Cívico, tanto quanto nas informações que se referem a sua fundação, a alusão de que o Centro foi uma associação fundada por negros com o expressivo apoio da elite da cidade. De outra forma, no âmbito dessa pesquisa, permito-me entender por essa informação, uma plena demonstração de que havia uma grande vontade política de integrar o indivíduo negro ao processo de constituição da nação, mas que para isso era necessário dar-lhe espaço com condições de regeneração, melhoramento e superação de suas "incapacidades". Em Santa Catarina, O *Centro Cívico Cruz e Souza*, tornou-se então o lugar, como outros devem ter surgido pelo Brasil e pelo Estado, onde se acreditava, a reelaboração negra se daria e, se tornaria possível através do mesmo saber científico que influenciava Vidal Ramos ao dizer em seu discurso durante a cerimônia de fundação do Centro Cívico que "(...) não é a cor que faz o homem - são suas ações, o seu proceder, os seus feitos."⁹⁵

⁹⁴ *Regeneração Nacional*. O Lageano. Lages, 28 de julho de 1917

⁹⁵ *Centro Cívico Cruz e Souza*. O Lageano. Lages, 23 de novembro de 1918.

Capítulo II

Cidadãos para a Pátria brasileira

*Quando o ideal nos alaga
Embora as lutas do mundo
Levanta-se um sol fecundo
Do peito em cada uma chaga*

(Ao ar livre – Cruz e Sousa)

2.1 Construtores de Cidadania

Quando em agosto de 1919, editou-se pela primeira vez o jornal do Centro Cívico, ao qual denominou-se “*Cruz e Souza*”,⁹⁶ pode-se inferir que os membros do Centro Cívico estavam a tentar ocupar um espaço que deveria ter feito parte do “pacote de liberdade” oferecido pela abolição da escravatura. Mas se não o fez, foi porque a abolição foi feita sobre as bases de um pensamento racista que considerava o negro inapto a participar da construção da nação, como um cidadão incluído e participante.

Confeccionado nas oficinas do jornal O Planalto, seus artigos, na maioria privilegiavam aspectos urbanos como ordem pública, melhorias na cidade, ou manifestações cívicas. Além disso poesias de Cruz e Sousa foram inseridas em todas as edições. Seu editorial de lançamento foi feito sobre o seguinte teor:

Aparece hoje ao povo de Lages, este modesto jornalzinho. Despido de toda e qualquer pretensão, o “*Cruz e Souza*” não visa outro fim senão o de bem servir os interesses do Centro Cívico Cruz e Souza, e despertar o gosto pela leitura entre seus associados. Apesar de não termos competência, a nossa folha poderá manter uma seção literária, se a ela concorrer com sua preciosa colaboração a brilhante intelectualidade lageana que de braços abertos receberemos.(...) Conhecemos perfeitamente que a nossa leitura não fascinará e nem irá prender a atenção do nosso povo, que reconhecendo os nossos esforços na fundação de um jornal de negros, não deixará por isso de auxiliar-nos. No povo confiamos.⁹⁷

Ao contrário do que diz o articulista, “pretensão” era o que o “Jornalzinho”,

⁹⁶ O jornal *Cruz e Souza* teve vida curta, como era comum acontecer com os periódicos nos primeiros tempos da imprensa brasileira, pois muitos dependiam de favores políticos, ou subvenções dos poderes públicos para existirem. O jornal *Cruz e Souza* no entanto, sobrevivia apenas das assinaturas que não foram muitas, devido ao auto índice de analfabetismo entre a população negra. Apenas cinco números foram publicados. Sendo que no último deles insere-se nota explicativa avisando sobre a suspensão temporária das publicações devido a falta de recursos. Porém tal suspensão tornou-se permanente e o jornal não mais circulou.

⁹⁷ Editorial de lançamento. Cruz e Souza. Lages, 03 de agosto de 1919

mais tinha. Pretensão de educar seus associados, fazê-los ler, aprender e, se tornarem pessoas civilizadas. O apoio e a aceitação de uma elite que controlava os veículos de imprensa era essencial para que o jornal circulasse, por isso logo no primeiro editorial, estampa-se o humilde pedido de auxílio, que ao ser dado só iria legitimar o aceite.

O conceito de cidadão, em sentido amplo, expressa o indivíduo capaz de autodeterminar-se, buscar realização pessoal e capacitação econômica, contribuindo para a definição da identidade sócio-política e cultural da comunidade e do povo que a integra, e delineando a ética social regente.⁹⁸ Necessariamente porém para que exista essa relativa autonomia é preciso que hajam direitos políticos, de sufrágio e associação.

Levando-se em conta que por causa da escravidão, a grande maioria dos negros de Lages em 1918, era analfabeta, podemos concluir que por efeito do dispositivo legal constante na constituição de 1891, que restringia o voto aos indivíduos alfabetizados,⁹⁹ o primeiro direito político essencial lhes era negado.

Mas, partindo do pressuposto de que a cidadania é algo a ser construído pelo indivíduo, que em vez de mero receptor é acima de tudo sujeito daquilo que pode conquistar,¹⁰⁰ na Lages de 1918, em noite cerimoniosa, os negros lageanos, avalizados pela ciência que dizia que eles poderiam ser civilizados e, redimidos pelo nacionalismo que precisava da sua participação para constituição da nacionalidade, lançam mão do seu direito à associação e dão os primeiros passos na sua longa caminhada pela conquista de sua inclusão, participação e cidadania. Maria Lúcia Montes, diz que estamos sempre

⁹⁸ DAMIÃO. Ada Stella Bassi; SOARES. Marcelo Santos; CARNEIRO. Harley Dias (orgs). **O novo cidadão brasileiro**. Rio de Janeiro: Salamandra. 1987. 20 p.

⁹⁹ Cf. HASENBALG. Carlos. **A construção da cidadania**. Brasília: Editora Brasiliense. 1986. 129 p.

¹⁰⁰ Idem. 130 p.

construindo identidades num jogo de contrastes com elementos que não são aleatórios, mas que são, no entanto, re-significados em função do contexto, de interesses e de posições de poder, que fazem com que um grupo reivindique uma nova visibilidade dentro da sociedade.¹⁰¹

O *Centro Cívico Cruz e Souza*, para um grupo de negros, emergiu como território de construção, onde estes esforçavam para ser reavaliados e re-significados. Desde os primeiros anos entre as suas simbólicas quatro paredes,¹⁰² estabeleceu-se a busca por formas de atuação que propiciassem a sua interação como cidadãos incluídos e participantes, algo que até então lhes havia sido continuamente negado em nome de conhecimentos biológicos, que preconizavam sua incapacidade física, moral e social. E o *Jornal Cruz e Souza*, foi o agente por onde circularam essas expectativas. A partir da análise de seus artigos pretende-se colher informações sobre o modo como os negros percebiam o contexto de modernização no qual se inseriam, e de que forma tiraram partido dele para se auto-afirmarem cidadãos.

Na edição de 24 de agosto encontramos artigo que dizia:

Caro Leitor,

Venho modestamente chamar a vossa apreciação; o escrevinhador desta insonsa crônica, contida nestas desataviadas linhas, cujo intuito é seguir o programa prometido: - trabalhar pelo interesse do Centro Cívico e pelo progresso deste torrão natal. É um fato lamentável não só para os fiéis desta terra, como também para os olhos de quem vê, o aspecto tristonho que nos apresenta a antiga capelinha de Santa Cruz.(...) aquele templo sagrado (...) está prestes a

¹⁰¹ MONTES. Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção, e a ideologia. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz; SILVA. Renato Ramos da (orgs). *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP. 1996. 61 p.

¹⁰² Cf. Sebastião Ataíde, o Centro Cívico Cruz e Souza inicialmente promoveu suas reuniões na sede da G.D.P Amadores da Arte, alguns anos depois, sua diretoria obteve uma sede provisória da qual saíram em fins de 1934 por exigência do proprietário. Sua sede definitiva só seria feita de "madeira e tabuinhas de pinho", em 1938, após doação de terreno feita por Caetano Viera da Costa. Ver: ATAÍDE. Sebastião. Op. Cit. 76 p.

desabar.¹⁰³

No apelo à recuperação da capela, a disposição do Centro em se portar como um observador atento às deficiências da cidade. Numa ingerência que denota a sua aspiração em participar do poder e das decisões públicas. Posição característica da democracia, que para José Alfredo de Oliveira Barrocho,¹⁰⁴ configura-se principalmente pela tomada de posição concreta na gestão dos negócios da cidade, isto é, no poder. Participação essa, consagrada através de modalidades, procedimentos e técnicas diferentes.

Joana Maria Pedro, parafraseando José Luiz Fiorin, esclarece que um dado discurso para obter efeitos de verdade e realidade, depende de “determinações inconscientes”, e é constituído de um conjunto de temas e figuras que constituem a maneira dominante de explicar os fatos do mundo numa dada época. São em geral oriundos de outros discursos já articulados, cristalizados, e cujas condições de produção foram apagadas.”¹⁰⁵ Assim é que em alguns artigos do jornal do Centro é possível encontrar indícios da formação de uma visão de mundo calcada em preceitos de civilidade, que faz com que os negros do Centro Cívico, passem a desvalorizar manifestações tidas como incivilizadas, como bailes públicos, estabelecimentos que ficam abertos até tarde da noite, além da aceitação da autoridade policial como legítima vigilante defensora e dos bons costumes. Posição que se esclarece no seguinte artigo:

(...) Sabemos que como medida de ordem pública o tenente delegado de policia proibiu que houvessem certos bailes, bem como que esteja aberto até alta noite o café da praça do mercado. Como se vê das notas acima que nos foram

¹⁰³ **Croniqueta.** Cruz e Souza, Lages 24 de agosto de 1919.

¹⁰⁴ **BAROCHO.** José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania:** a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. São Paulo: Editora Saraiva. 1995. 03 p.

¹⁰⁵ **PEDRO.** Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: A Imprensa de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC. 1995. 45 P.

gentilmente fornecidas pelo Senhor Tenente Waldomiro Livramento, esforçado delegado de policia deste município esse distinto oficial está trabalhando com afinco afim de que a ordem pública seja mantida com imparcialidade e justiça, para garantia da sociedade e regeneração do elemento viciado e turbulento. Disse-nos o mesmo delegado que não quer ser um perseguidor sistemático e sim deseja trabalhar com energia para o restabelecimento da ordem, cumprindo assim o seu dever perante a sua milícia prestando também um benefício aos próprios degenerados, que ele o sr. Delegado deseja vê-los com prazer, gozando de todos os direitos de cidadãos dignos e sociais.¹⁰⁶

De outra forma, ainda segundo Joana Pedro a palavra escrita é o lugar onde escritor e leitor se encontram, onde ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém.¹⁰⁷ Por isso que, ao escrever os artigos que representavam o *Centro Cívico Cruz e Souza*, o escritor teve a preocupação de ao selecionar o assunto, de escolher temas que diziam respeito às expectativas e visão de mundo de seus leitores da cidade de Lages, onde certamente incluíam-se alguns membros da elite que o apoiava. Porém, não podemos pensar que isso era feito deliberadamente, como se a intenção do Centro fosse apenas de agradar seus leitores, é importante ressaltar também, como já o fizemos anteriormente que em muitos aspectos eles também compactuavam das mesmas visões e expectativas que esses leitores, o que de certa forma facilitava o diálogo entre leitor e escritor.

Quando do assassinato de morador em sua própria casa, o jornal repudiou o ocorrido, acusando a autoridade policial de ser completamente “arbitrária, da eliminação do elemento turbulento da cidade”, pois os próprios cidadãos já estavam a fazer listas das pessoas que deveriam ser presas pelas desordens que causavam, mas que no entanto a polícia nada fazia. Interessante perceber porém, que o articulista aproveita a matéria para dizer:

¹⁰⁶ *Notas Policiais*. Cruz e Souza, Lages 07 de setembro de 1919.

¹⁰⁷ Cf. PEDRO. Joana Maria. Op. Cit. 47 p.

Não somos refratários à justiça, tão pouco pertencemos a maloca de desordeiros, assim como não advogamos os interesses dos mesmos, somos simplesmente adeptos do direito e da lei. Adeptos da lei repetimos e provaremos se necessário for, que o diretor desta folha já prestou, desinteressadamente relevantíssimos serviços a justiça, comandando escoltas da Força Pública do Estado, à captura de criminosos de morte, aliás perigosos, com autorizações severas, cumprindo ordens de magistrados dignos e ilustrados sem numa lançar mão desse recurso iníquo e degradante: a bala.¹⁰⁸

Ao promover a defesa dos membros do Centro Cívico, o autor deixa-nos claro que ainda haviam muitas desconfianças quanto a moralidade e civilidade dos negros do município. Fator que faz com que os membros do Centro Cívico, passem a tentar eximir-se de representações negativas ligadas a criminalidade, desordem, etc. Através dos artigos em seu jornal eles alertam para a ocorrências dessa ordem; indicam os lugares de maior incidência, e chamam à ação as autoridades responsáveis, ao mesmo tempo em que na condição de “adeptos da lei”, mostram-se fora do círculo onde se encontra o “elemento viciado e turbulento”. Enfim portam-se como cidadãos corretos e sociais, aptos ao direito de reivindicar e participar. Um direito que todos deveriam tomar conhecimento a partir das ações da associação, e que se tornavam públicas através do seu jornal.

No jornal ainda circularam artigos que claramente denotavam o posicionamento do Centro, como estando à margem de qualquer envolvimento com os indivíduos baderneiros da cidade. Quando alguns rapazes negros, não associados ao Centro Cívico, promoveram baile que resultou em tiros e pancadarias no centro da cidade, o redator do jornal apressasse em obstruir qualquer tentativa de unir o caso ao Centro Cívico, cuja imagem deveria permanecer imaculada.

A diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza, faz público que o baile realizado em a noite de 17 do corrente, no prédio número 15, á rua Marechal Deodoro, não foi organizado pela mesma sociedade que tem a sede a rua Hercílio Luz

¹⁰⁸ **Assassinato.** Cruz e Souza, Lages 24 de agosto de 1919.

particularmente por um grupo de rapazes que são sócios do Centro Cívico Cruz e Souza e quotizados entre si. A diretoria aproveita a oportunidade para avisar que eliminará d'ora avante, como já o fez, todo e qualquer sócio, cujo procedimento esteja em desacordo com os estatutos da sociedade.¹⁰⁹

Aos leitores caberia decidir sobre a verdade ou mentira, no que se refere a conduta dos associados do Centro Cívico. Mas, a forma como estes se mostravam, a linguagem utilizada em seus escritos, seus procedimentos no mundo social poderiam de certa forma colaborar para a formação de uma boa impressão. Ou seja, utilizavam-se eles da “finalidade última de todos os atos de comunicação, que não é informar, mas apenas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado.”¹¹⁰ Logo, em outro artigo, divisamos as virtudes dos associados do Centro Cívico sendo divulgadas

(...) acreditamos mesmo que algumas pessoas entendam que possa haver desejos de competições na sociedade, transformando-a num mercado social.
-Nós os do Centro Cívico Cruz e Souza não pensamos assim!
Fracos, modestos e pequeninos, confiamos no conforto do povo, longe de alimentarmos a pretensão estulta de irmos além dos sapatos, e trabalhando pelo levantamento do nível moral e social dos homens de cor, nada mais fazemos do que grangear a simpatia de todos os que se interessam pelo progresso desta terra.¹¹¹

Os alicerces da cidadania, para os sócios do Centro Cívico, estavam sendo construídos sobre os discursos de civilidade. Em nenhum momento, o jornal entrou em confronto com o ideário que regia o comportamento. Demonstrando assim, que estes aceitavam os códigos de civilidade, ao mesmo tempo em que deles se utilizavam para compor a figura do cidadão.

¹⁰⁹ Centro Cívico Cruz e Souza. O Lageano, Lages 01 de janeiro de 1922.

¹¹⁰ PEDRO. Joana Maria. Op. Cit. 48 p.

¹¹¹ Competições. Cruz e Souza, Lages 22 de setembro de 1919.

2.2 A Cor do Cidadão

Porém, convém lembrar, que não era só com a imagem do Centro Cívico que eles se preocupavam, se o objetivo da associação era elevar o “moral dos negros de Lages”, logo encontramos passagem no jornal em que o articulista revolta-se contra outro periódico então em circulação e, que se chamava sugestivamente de *A Metralhadora*

O simpático quinzenário “A Metralhadora”, dando notícia de um baile havido na noite de 03 do corrente, em um prédio sito à rua Rangel Pestana, qualifica de meretrizes as moreninhas que tomaram parte naquela diversão. Quanto ao modo inconveniente dos rapazes de cor portam-se em reuniões, estamos de pleno acordo com “A Metralhadora”, pois além de perturbar o sossego público, concorre muito para uma péssima impressão aos forasteiros que aqui aportam. Essas algazaras e gritos que reinam nos bailes dos rapazes de cor, não passam de um mau costume que tornou-se hábito, e lastimamos bastante que eles empreguem com tanto desproveito as horas que consagram aos seus prazeres. Estamos de pelo acordo com as recriminações da “A Metralhadora” contra essas algazaras e concordamos mesmo que a polícia intervenha nos bailes, impondo a prosseguirem com calma ou caso contrário, dissolvendo a reunião, mas queira se lhes emprestar um nome tão difamante a elas, as pobres desprotegidas negrinhas, que permanecem ainda nos seus lares e vivem quase todas empregadas a fim de ganharem honradamente o seu meio de subsistência.¹¹²

Interessante perceber os argumentos utilizados pelo articulista do *Cruz e Souza*, para defender as jovens ofendidas. Ele inicia o artigo chamando o outro jornal de “simpático” e logo demonstrando que sua intenção não é causar uma contenda séria, e sim alertar o outro do engano que cometeu. Quanto as jovens, estas não são negras são “moreninhas”, ou seja, ele as clareia, deixa-as mais próximas do branco, que corresponde a pureza, a civilidade, a boa conduta moral. Ao contrário do negro, que como vimos, foi caracterizado como depósito de imoralidade. Quanto aos que ele julga passíveis de repressão, esses não são morenos, são homens de cor sem nenhuma noção de sociabilidade.

¹¹² Notas policiais. Cruz e Souza, Lages 22 de setembro de 1919.

Na seqüência, de forma amigável, entra em acordo com relação a necessidade de intervenção policial nos ditos bailes. E no final, para livrar definitivamente a honra das agora “desprotegidas negrinhas”, utiliza-se de um artifício interessante. Ele diz que elas trabalham. Não podemos esquecer, que nesse período de desenvolvimento nacional a questão do trabalho foi amplamente valorizada. Nos periódicos da época encontram-se muitos artigos que pregam as virtudes do trabalhador. Aqui transcrevo um deles que diz o seguinte:

- Para conhecer-se a índole de um individuo basta indagar se ele trabalha;
- O homem laborioso é geralmente honrado;
- O homem que não trabalha é inútil, mais ainda: é um prejuízo, um fardo que a sociedade carrega às costas.¹¹³

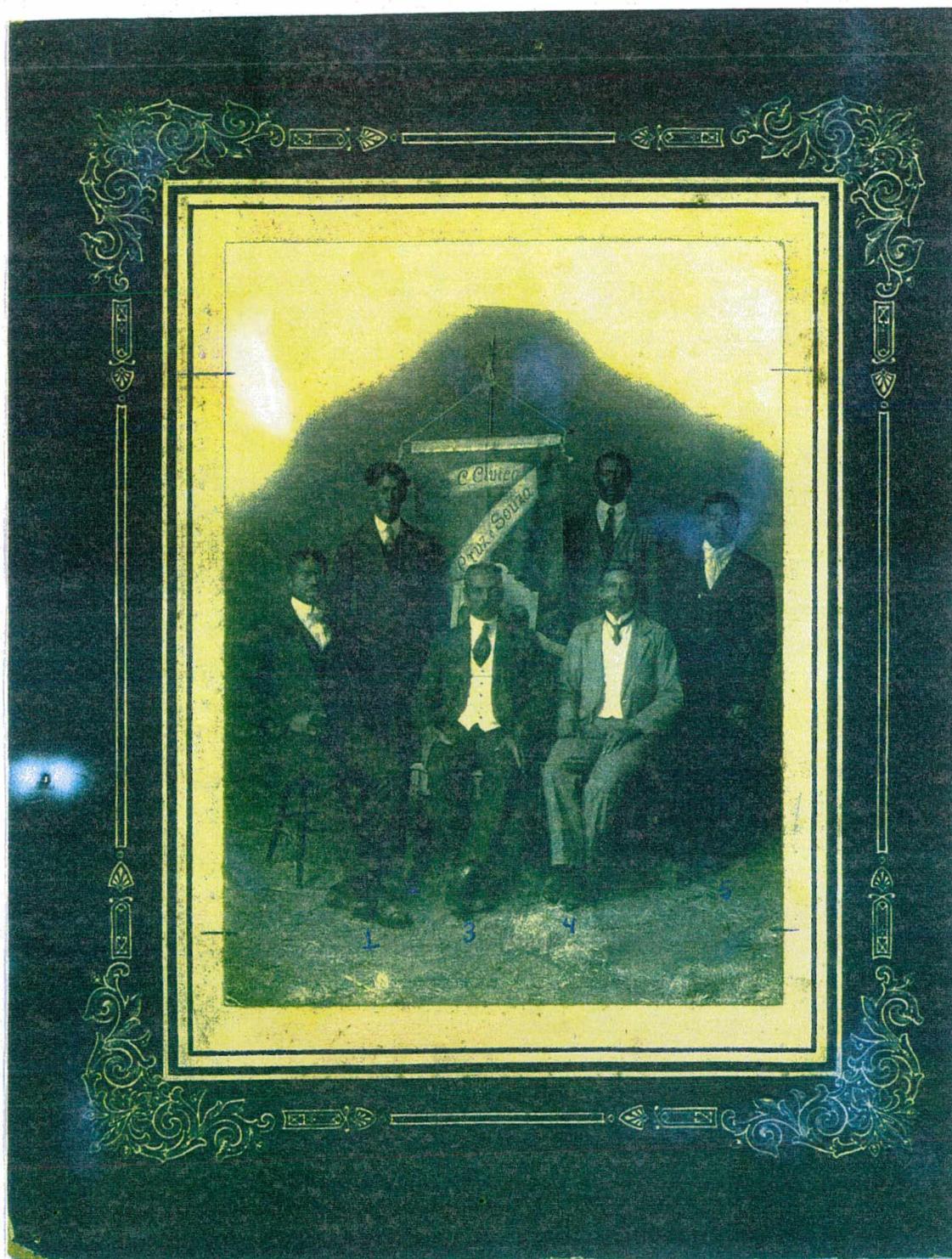
Mas voltando a discussão anterior, sugiro nos determos um pouco mais sobre a questão da cor, trazida à tona pelo Jornal *Cruz e Souza*, só que dessa vez a fonte de análise não é o jornal, e sim uma fotografia..

Na pose para a fotografia que mais tarde iria decorar a parede da sede do *Centro Cívico Cruz e Souza*, todos esforçaram-se em armar-se de expressões que deveriam denotar austeridade e sobriedade. Uns em pé, outros sentados, os membros da primeira diretoria do Centro, circundam o estandarte, presente de Caetano Costa, como a querer garantir sua posse.

Após a revelação, uma cópia é enviada a João Gualberto – Presidente do *G.D.P. Amadores da Arte*, mas não sem antes lhe ser incluída uma dedicatória, e o carimbo da associação constando a significativa inscrição: “*Centro Cívico Cruz e Souza – Sociedade*

¹¹³ Trabalho. O lageano, Lages 20 de novembro de 1884.

dos Morenos”



Primeira diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza. Fonte: Museu Thiago de Castro/Lages

Exemplo São João Gualberto

Al. Directoria do C. C. Cruz e Souza
tudo a honra de oferecer esta photo-
graphia em sinal de homenagem
Amizade



Lages 19-7-1920

Al. Directoria L. C.
[Signature]

40 x 50 com borda

Verso da mesma fotografia

Segundo Ilka Boaventura Leite¹¹⁴, “no Brasil, “negro”, tornou-se primeiramente sinônimo de escravo. Sobretudo após a abolição, o termo passou a designar: “malandro”, “marginal”, e outros sentido desqualificadores. Tornada “cidadã de segunda categoria”, a população de origem africana no Brasil carregou sempre consigo o fardo desse nome.” Algo que nos permite agora pensar, com base no artigo do jornal, na existência de uma certa dificuldade em relacionar a tez escura, até então sinônimo de inferioridade, imoralidade, incivilidade e desregramento, com a disciplina, a intelectualidade, o progresso pessoal, a polidez, etc. características da conduta civilizada.

Yvone Maggie¹¹⁵ também preocupou-se com essa questão da cor, e para ela a categoria *moreno* é como uma chave para se falar em cor e raça, sem falar de cor e raça, pois ela contém em si mesma tanto cor, quanto ausência de cor, além de ser uma categoria que tanto revela sobre cultura, quanto pode ser usada para conotar o lugar social das pessoas. Mas talvez quando os membros do Centro Cívico, trocavam a palavra negro ou preto por moreno, estivessem na verdade na esteira de um processo, que segundo José Bento da Silva, originou-se com a modernização, momento em que o mestiço, ou o moreno foi eleito o tipo humano ideal para o Brasil.¹¹⁶ Num tempo em que não se quis mais falar de cor e raça, expressar-se como sendo negro ou preto, não é acompanhar a modernidade é atrasar-se.

¹¹⁴ Quanto ao aspecto cor, a autora ainda nos diz que “o “branco” é considerado (antes mesmo da “brancura”) descendente de portugueses, ingleses, italianos, alemães, etc. O “negro”, na ordem simbólica da cultura brasileira, não descende de um clã, uma tribo ou nação: ele é cor. O fato de ser cor não é mais determinante, mas a subjetividade que reveste o termo.” LEITE, Ilka Boaventura. **Ser “negro”: os sentidos da cor e as impurezas do nome**. Florianópolis: UFSC. Caderno de Ciências Sociais. Vol. 08. nº 02. 1988. 08 p.

¹¹⁵ MAGGIE, Yvonne. **“Aqueles a quem foi negada a cor do dia”**: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). Op. Cit. 231 p.

¹¹⁶ Cf. SILVA, José Bento da. Op. Cit. 71 p.

Mas nem todos pensavam assim, outros preferiam esquecer por alguns instantes a modernidade e fazer pilhérias sobre cor. Outra vez *A Metralhadora* se manifesta, e em novembro de 1918, pouco tempo depois da fundação do Centro Cívico, logo após artigo referente á posse da diretoria do Centro, no qual o articulista enfatiza a presença maciça da elite municipal, encontramos a seguinte colocação satírica , referindo-se a um dos membros da recém-formada diretoria:

Consta que o nosso amigo Sebastião Dias vai mandar buscar na Europa, para seu uso, uma cabeleira loura e um par de olhos azuis.
 Consta também que após a chegada da encomenda ele mudará de cor.
 Cabelos, olhos mudar!
 Oh! que idéia genial!
 É digna de se louvar,
 É mesmo piramidal!!
 Mas o mais custoso, eu creio,
 (Isso digo sem gozar)
 É ele arranjar o meio de sua cor transformar.

Para o articulista do jornal, os movimentos dos negros, envolvidos com a fundação do seu Centro Cívico, além das suas relações com membros da elite municipal, significava, que estes almejavam mudar de cor, deixarem de ser negros e incivilizados, para se tornarem brancos e moralizados. No entanto a piada tem um fundo de verdade, o que se esperava dos membros do Centro Cívico, era o branqueamento, mas não um branqueamento feito de olhos azuis e cabeleira loura. O que se esperava dos membros do Centro Cívico, era um branqueamento mais sutil, feito de civilidade.

2.3 O Cidadão Civilizado

Mas para além de toda discussão que caracteriza a percepção crítica que os negros do Centro Cívico tinham de si mesmos, dos outros e das relações nas quais

constantemente se envolviam. Indiferentes às suas supostas “limitações”, que desde os tempos da escravidão os perseguia os membros do Centro Cívico apreendem o significado do termo cidadania, e passam a entender que num meio onde as relações se forjavam eivadas de preconceitos, esse dispositivo institucional era o único que poderia garantir em termos de pertencimento, a igualdade perante os muitos outros habitantes da cidade.

Se é verdade que todos eram iguais perante a lei, não era menos verdade que no conjunto das relações políticas, econômicas e sociais, os indivíduos eram a todo instante avaliados e classificados em bons ou maus cidadãos, com base no seu comportamento, e na capacidade de gerir a própria conduta de forma civilizada.

O entendimento dessa singularidade do termo, era essencial e não passou despercebido aos sócios do *Centro Cívico Cruz e Souza*, que não se absteram em procurar meios que justificassem a gradativa utilização dos seus direitos adquiridos, almejando conquistar num futuro distante a cidadania em toda sua plenitude.

Num sistema onde em princípio todos eram cidadãos, e no qual o indivíduo moralmente aceito seria, na perspectiva de Jurandir Freire, aquele regulado pelo hábito criado na mecânica dos gestos e condutas; pela culpa; pelo sentimento de desvio moral com relação ao social; pelo julgamento de seus pares ou iguais,¹¹⁷ tratou-se de impor diferenças entre os habilitados e os não-habilitados ao convívio social. E estar habilitado era o mesmo que estar educado, consciente das noções de civilidade. Assim foi que, o objetivo do Centro Cívico de proporcionar leitura para seus associados, foi cumprido não somente pela existência de seu jornal, como pela organização de uma biblioteca. Ação que recebeu da elite lageana, grande apoio materializado em doações de livros e dinheiro. Tais

¹¹⁷ COSTA. Jurandir Freire. Op. Cit. 249 p.

contribuições depois eram publicadas em jornal, numa lista onde seguiam o nome do doador, seguido do nome da obra ou importância doada. Lista na qual encontramos nomes conhecidos como o de Vidal Ramos, Caetano Vieira da Costa. Os jornais davam apoio a iniciativa do Centro Cívico também divulgando eventos relacionados a aquisição de mais recursos, além de aproveitar o espaço para propagandear que os associados do Centro Cívico Cruz e Souza estavam a despertar para as artes cênicas, mais uma prova de sua reabilitação.

Até o dia 20 do corrente, alguns amadores do Centro Cívico Cruz e Souza, desta cidade, levarão a cena, no teatro municipal, um drama, uma comédia e alguns monólogos. O produto líquido do espetáculo reverterá em benefício da biblioteca, em formação do mesmo centro.¹¹⁸

Num artigo do jornal o lageano referente a fundação do Centro Cívico, encontramos parte do discurso, feito pelo então Presidente do Centro, onde se lê:

(...) O momento é de regozijo porque hoje possuímos esse pavilhão que nos encorajará a prosseguir com fé e com energia para vencermos a penosa jornada que o dever nos impôs, tendo por objetivo contribuir por alguma forma com o nosso pequeno contingente para a grandeza desse Brasil gigante e rico, e exprimir o amor que nutrimos por esta Lages que nos serviu de berço. Fracos e humildes porém animados com a vontade de sermos úteis a sociedade e ao desenvolvimento social dos negros de Lages.¹¹⁹

O título do artigo acima é o seguinte: “Como se levanta uma camada social, como se organizam os planos as ascensões ao que a humanidade tem direito, como se vinculam os elos de uma classe.” Expressão que dá clareza aos interesses da elite municipal, quando da formação do Centro Cívico – reunir os negros, para bem poder

¹¹⁸ Centro Cívico Cruz e Souza. O Planalto, Lages 09 de setembro de 1920

¹¹⁹ Como se levanta uma camada social, como se organizam os planos as ascensões ao que a humanidade tem direito, como se vinculam os elos de uma classe. O Lageano, Lages 17 de maio de 1919.

desenvolver suas capacidades de civilidade e progresso.

Outro aspecto importante do artigo é a questão dos símbolos. Símbolos como bandeira e hino, são características marcantes da República. Logo a linguagem deles era bem conhecida pela elite da cidade. Quando os membros do Centro Cívico querem mostrar que não são sujeitos noviços, que estão empenhados no desenvolvimento do Brasil e da cidade, é através da sua bandeira que falam, do seu pavilhão. No entanto, apesar de toda devoção à Pátria e à cidade, não perdem de vista seu maior objetivo, “o desenvolvimento social dos negros de Lages”. Mas ao mesmo tempo demonstram também conhecer os discursos que pregam a necessidade de sua reabilitação, e logo mandam recado avisando que estão se esforçando para que isto aconteça. Para isso utilizam-se de termos facilmente reconhecíveis pela elite destinatária: “moralidade, trabalho e civilização”.

(...) trabalhamos pois com afincos, sem desvanecimentos pela nossa futura sociedade, não só pelo seu desenvolvimento moral e intelectual, como também, para continuarmos a honrar o excelso e imortal nome do nosso patrono poeta lírico Cruz e Sousa, que são documentos que confrontam e nos reabilitam para com os homens de mérito e de consciência. Trabalhamos pois, para que seja nossa divisa: moralidade, trabalho e civilização.¹²⁰

2.4 – O Cidadão Patriota

Entrementes o advento da Primeira Guerra Mundial demarcou um tempo de não continuidade com o passado, a palavra “Paz” tinha significado anterior a 1914, depois disso... diz-nos Hobsbawm “depois disso, veio algo que não mais merecia esse nome”.¹²¹

Um grande temor espalhou-se pelas nações, e no seu encontro com a

¹²⁰ Vitória. Cruz e Souza, Lages 02 de setembro de 1919.

¹²¹ HOBBSAWM. Eric. **Era dos extremos: breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras. 1995. 30 p.

intelectualidade brasileira, consubstanciou-se uma inquietação que já encontrava fundamentos nos grupos de imigrantes resistentes a assimilação; ou nas grandes áreas despovoadas e portanto sujeitas a invasão.

Dessa forma a República brasileira que logo no seu estabelecimento precisou lidar com questões bastante complexas como a temática racial, a modernização, ou o aperfeiçoamento dos indivíduos com base em modelos europeus, na sua trajetória de constituição da Pátria, do Estado-Nação, também teve que ter em vistas problemáticas ligadas a soberania.

Contudo observa Sevcenko¹²² que os Estados-nação desenvolvem-se e se definem por oposição uns aos outros. Trazendo a tona portanto, a necessidade de haver estabilidade interna. Estabilidade essa, conseguida através da arregimentação social.

Nesse contexto, em meio as muitas correntes nacionalistas, vêm-se prestigiadas aquelas cujos direcionamentos apontavam para a formação de sentimentos de pertencimento em relação à nação.

“(...) O Segundo Reinado voltou as costas à Pátria. O empreendimento do príncipe de uma dinastia européia foi a anulação do caráter nacional”. Acusava Raul Pompéia,¹²³ ao mesmo tempo em que alertava para a não existência desse sentimento, que fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão. Era geral a resistência, quando da Guerra contra o Paraguai, ao recrutamento, e muitos libertavam seus escravos para que lutassem em seu lugar.¹²⁴

¹²² Apud. SEVCENKO. Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. Brasiliense. 1985. 81p.

¹²³ OLIVEIRA. Lúcia Lippi. Op. Cit 158 p.

¹²⁴ CARVALHO. José Murilo de. **A formação das Almas: O imaginário da República**. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

Políticos, escritores, jornalistas, a intelectualidade do país que abrigava a diversidade, dobrava esforços no sentido de agregar todos os cidadãos numa linha de defesa. Mas no entanto isso só seria possível diante do nascimento de uma consciência nacional. Alberto Torres, demonstrando seu desencanto com o regime republicano, julgado por ele como incapaz de unir o país, se manifesta dizendo que “este estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.”¹²⁵

Visto que a cidadania e a civilidade também se faziam de patriotismo, as manifestações do Centro ganham em civismo, o que de certa forma também favorecia a aproximação junto aos detentores do poder municipal.

As 19 horas do grande dia o Centro Cívico Cruz e Souza promoveu uma brilhante passeata cívica pelas ruas principais da cidade, cumprimentando as autoridades, as sociedades e a imprensa.

Grande massa popular uniu-se ao préstito cívico vivendo entusiasticamente a áurea data da liberdade.¹²⁶

E pelo jornal da entidade, ainda usando a linguagem dos símbolos nacionais, a cidadania se materializa no incentivo aos demais em também manifestar suas qualidades cidadãs, além disso tais colocações serviam para garantir espaço na construção da Pátria, pois a idéia era de que somente os patriotas e civilizados teriam direito a ela.

De ha muito vimos notando que na cadeia pública e no mercado municipal nunca foram hasteado o nosso glorioso pavilhão, apesar de esse último edifício ter o respectivo mastro no seu frontespício. É digno de louvor que nos dias consagrados a festas nacionais, na cadeia e principalmente no mercado que é frequentado em grande parte por gente menos ilustrada, tremule o nosso auriverde pendão, para que os nossos caboclos saibam que aquele sinal significa uma data gloriosa da nossa Pátria.¹²⁷

¹²⁵ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 1920. 297 p. Apud. CARVALHO, José Murilo. Op. Cit.

¹²⁶ *Treze de Maio*. O Lageano, Lages 21 de maio de 1922.

¹²⁷ *O nosso Pavilhão*. Cruz e Souza, Lages 22 de setembro de 1919.

Nos anos que se seguiram a abolição, valores foram sendo criados por uma elite branca e impostos aos negros do Centro Cívico, que passaram a fazer uso deles, para poderem estabelecer comunicação com essa elite. Por isso, as vias de acesso à cidadania, ao poder de intervenção e reivindicação para os negros, faziam-se também de aprendizados que deveriam garantir a sua manutenção através da demonstração de que também estavam inseridos nos projetos pedagógicos que visavam inculcar civilidade, e que aos poucos estavam a aprender valores urbano-burgueses como o apreço ao trabalho, a admiração pela competência profissional; o estímulo ao espírito de competição; o gosto pela cultura artística e pelo conhecimento científico; o cultivo da aparência física, a busca do equilíbrio e da contenção moral, etc. Nesse sentido, civilidade e cidadania andavam juntas, amalgamando-se nos discursos proferidos desde o *Centro Cívico Cruz e Souza*, visando mostrar seus associados como indivíduos física, moral e socialmente aptos à visibilidade da cidadania.

Capítulo III

A Ciência do Corpo

*Ah! Que agonia tenebrosa e ardente!
Que convulsões, que lúbrigos anseios,
Quanta volúpia e quenatos bamboleiros
Que brusco e horrível sensualismo quente.
(Dança do Ventre – Cruz e Sousa)*

A Ciência do Corpo

Em Santa Catarina a partir da primeira metade do século XIX a preocupação em organizar a profissão médica explicitou-se em medidas rígidas que visavam evitar o exercício da “arte” da cura por parte de indivíduos não habilitados, tais como os curandeiros, as benzedeiras, as parteiras e boticários. Ao boticário era vedada a comercialização de substâncias venenosas, remédios desgastados pelo tempo, alterados ou sem receita médica. Também a ele cabia aviar receita a qualquer hora do dia ou da noite. Vale lembrar que era comum em meados do século XIX, a venda em diversas localidades, incluindo Lages, de remédios em lojas, juntamente com inúmeros outros artigos. Purgativos, óleos, bálsamos, pílulas, vermífugos... era infindável a lista de medicamentos que vendidos em meia a panelas, tecidos, alimentos, etc... prometiam curar desde sífilis até dor de barriga. Conseqüência da falta de farmácias e, principalmente da não existência ainda, da percepção do caráter diferenciado do medicamento frente aos demais produtos. Essa mesma percepção que hoje nos faz legislar sobre a venda de remédios, dizendo que estes devem ser vendidos em farmácias e não nos supermercados.

Conseguir permissão para exercer a atividade médica na Lages do século XIX, não era tarefa das mais simples. Necessário se fazia obter licença expedida pela câmara municipal, mediante avaliação, por parte dos vereadores de documentos que atestassem além da boa formação e experiência do proponente, também a sua boa conduta moral. Segundo Licurgo Costa, embora a preferência recaísse sobre os médicos formados no Brasil, nos primeiros tempos de urbanização da cidade, foram os estrangeiros que cuidaram

da saúde do povo lageano.¹²⁸

Tais posturas que expressam a intenção de manter o controle sobre as práticas medicinais, Também são reveladoras do estabelecimento em Santa Catarina, e para efeito dessa dissertação, na cidade de Lages, de uma nova percepção da doença, do indivíduo e do seu corpo.

Desde a segunda metade do século XIX, Lages estava às voltas com surtos e epidemias. Em 1852, a Varíola chegou e quando foi embora levou muitas vidas. Em 1855 recebeu-se a Cólera e, em 1879, instalou-se um surto de Tifo. Acontecimentos que serviram para fortalecer a consciência da necessidade de se transmitir conselhos de higiene, de cuidados com a alimentação, e com locais que poderiam se tornar potenciais focos de doenças, como os banhados, que não eram poucos na região.

Em janeiro de 1888, o médico Albino dos Santos Pereira já comunicava a câmara de vereadores de Lages, que “existindo no centro desta mesma cidade algumas árvores, - *Eucalyptus de Lineo* – a conservação delas era o maior perigo, pelas células de horríveis transformações, visto que uma longa série de observações edificadas nas modernas teorias de Pasteur, revelavam a todo mundo científico a geração espontânea de *Gitricina Bóia*, um dos mais venenosos coleópteros, que basta tocar as antenas em qualquer animal para que a morte se dê imediatamente.”¹²⁹

Essa visualização do meio ambiente, e das moléstias que nele poderiam estar contidas, resulta de um novo estilo de totalização que também é característico de uma mudança na percepção médica. Enquanto que até o século XVIII, os procedimentos davam-

¹²⁸ COSTA. Licurgo. Op. Cit. 544-576 pp.

¹²⁹ Idem. 563 p.

se em instâncias fechadas, sem correspondências com o exterior. A partir do século XIX, o meio em que inseria-se o indivíduo passou a ser lido como fonte de informação sobre o mal que lhe afligia. A água, o ar, o terreno, a temperatura, a alimentação, foram aspectos que se destacaram.

Quando a terrível Influenza Espanhola, ou Gripe Espanhola, chegou a Lages em 1918, forçou providências sérias por parte das autoridades. Os médicos Walmor Ribeiro, Jonas Ramos e José Ricaldone em parceria com a Inspetoria estadual de Higiene, logo enumeram procedimentos que pretendiam barrar o avanço da doença:

1º - Lavar a boca várias vezes por dia...com água a que se juntará um pouco de sal comum ou água oxigenada.

2º - Desinfetar as fossas nasais pela aplicação, duas vezes por dia, de algumas gotas de vaselina líquida mentolada a 1% ou gomenolada a 3%.

3º - Evitar noites perdidas, excesso de mesa ou de qualquer outra sorte.

4º - Não visitar doentes de “influenza”, nem permanecer em lugares de ar confinado, isto é, onde o ar não seja francamente renovado.

5º - Aos primeiros sintomas de “influenza”, que se traduzem por grande quebrantamento de força, forte dor de cabeça, dores por todo o corpo, especialmente nas cadeiras, olhos vermelhos sensíveis à luz...tomar um purgante de óleo de rícino, de sal amargo ou água vienense. Depois do efeito do purgante usar quinino combinado diversamente e um suadouro, que seja ao mesmo tempo antifebril.

6º - Aos primeiros sintomas o doente deve recolher-se à cama.

7º - A convalescença da “influenza” e bastante longa, devendo o doente manter-se na cama até sentir-se relativamente forte.¹³⁰

Combinando medicamentos com práticas de higiene e salubridade, os conselhos de saúde foram transmitidos por quem acreditava na participação popular como agente inibidor de diversos males. Ao seguir os procedimentos determinados, o doente tomava conhecimento da doença, aprendia sobre remédios, sua importância e regras de utilização, passava a prestar maior atenção ao meio, e sua influência na evolução da enfermidade. e principalmente passava a tomar maior consciência da força e fragilidade de

¹³⁰ Idem. 583 p.

seu corpo. Mais do que um guia de cuidados para com um vírus, a lista de procedimentos é a mostra de que a medicina estava a buscar incutir em cada pessoa a auto-gestão de sua saúde.

Por tudo isso, não foi novidade para os lagueanos, a proposta dos médicos eugenistas, sanitaristas, etc. que durante a Primeira República prestavam-se a construir a nação brasileira. Se o aperfeiçoamento da raça poderia ser obtido pela via da hereditariedade, para garantir a viabilidade das gerações futuras era preciso investir sobre a moral, e a saúde. Para tanto, era preciso que com base no saber imediato de que o indivíduo estava doente, houvesse a busca de informações contextuais, que entrecruzadas trariam a objetiva, científica e racional clareza sobre a doença.

É dessa forma que com o incremento dos planos de modernização republicana, o conhecimento médico ganha extrema importância, na medida em que passa a prescrever as normas para uma vida sexual disciplinada, geradora de uma prole saudável. O discurso da medicina consubstancia as normas de conduta estabelecidas por uma vontade política que buscava sempre mostrar-se como sendo conduzida pela mão segura da ciência.¹³¹ Numa autoridade e legitimidade que nos remete a Foucault¹³² e sua percepção do século XIX como período em que tal qual, o clero que detinha poder sobre as almas, o médico exerceria poder ao nível da saúde sobre o corpo.

Para Licurgo Costa, a presença de médicos em várias habilitações instalados no município, nas primeiras décadas do século XX, decorre da urbanização que levou à instalação de hospitais e ambulatórios, aliada ao aumento do número de médicos em

¹³¹ BRESCIANI, Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARTMAN, Francisco Foot.(org) **Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros.**São Paulo: UNESP. 1998. 28 p.

¹³² FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clinica.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1977. 35 p.

desproporção ao crescimento da população, tendo como consequência, o desaparecimento da figura do médico de família. Segundo ele, a função que noutros tempos era exercida por um médico apenas, passou a ser incumbência de um conjunto deles, cada um cuidando de uma especialidade, dando ao exercício da medicina um caráter impessoal.¹³³ No entanto, cabe acrescentar ao seu comentário, que a expansão da classe médica fez com que o espaço da doença fosse melhor controlado, pois pontos de vigilância se espalharam por todos os lados. Envolvido numa trama de especialidades médicas, o indivíduo, longe de ser objeto passivo de experimentação, foi chamado a participar através da elaboração da sua própria consciência médica. A ele cabia conhecer o meio em que vivia, inteirar-se da doença, e dos males que ela poderia causar a si, e aos demais habitantes da cidade e por consequência da nação.

Assim, mais do que a impessoalização da prática médica, a diversidade de especializações, nos momentos iniciais de urbanização e desenvolvimento da cidade de Lages também tem esse caráter político-pedagógico de ensinamento, de difusão de conhecimentos e experiências, visando criar nos lageanos a noção de responsabilidade para com a saúde de seu corpo, de seus descendentes, e consequentemente a saúde da nação, no ato de construção da nacionalidade brasileira.

Ainda segundo Michel Foucault, o olhar médico que pousa sobre os corpos a partir do final do século XVIII, não é o mesmo de séculos anteriores. Se antes esse olhar apenas pairava sobre a sua materialidade, colecionando aspectos invisíveis e contornos sem nitidez, daí em diante o corpo passa a ser alvo de olhos que se aguçam, que apalpam, que munem-se de novos instrumentos para bem poder medir, pesar, avaliar texturas e

¹³³ Cf. COSTA. Licurgo. Op. Cit. 584 p.

aderências, abrir e desvelar o organismo até então invisível. Eis que surge uma nova linguagem, uma percepção que altera a relação entre médico e seu paciente, fundada em critérios que hoje consideramos científicos e racionais.¹³⁴

O que faz com que, a experiência, e o empirismo sejam fontes de luz para o médico lageano que procura verdades quanto à enfermidade. E essas verdades apenas ele poderia encontrar, pois somente ele detinha a sabedoria sobre o foco de luz que irá incidir sobre a doença. Somente ele saberia onde, e como iluminar o organismo e o meio onde este estava inserido, para obter a maior clareza. Bem diferente do curandeiro, descrito por Licurgo Costa, que não via o paciente, mas apenas recebia sua urina num canudo de taquara, para depois jogá-la para o alto, e conforme fosse o tamanho das gotas ao cair, diagnosticava a doença em quente ou fria, e daí a prescrição do remédio.¹³⁵

O que procuravam constatar os vereadores lageanos ao analisar a documentação do proponente médico, era se o indivíduo em questão, possuía a habilidade e conhecimento sobre corpo e doença, a ponto de construir discursos sobre ela, como o fez o médico preocupado com os males que poderiam causar as lagartas existentes nos eucaliptos do centro da cidade. Herança de um tempo em que clinicar passou a significar promover articulação da doença com o organismo. Em que “Clinicar significou substituir a pergunta *o que você tem...?* por *onde dói?...*”¹³⁶

A imbricação entre interesses médicos e interesses políticos é um aspecto característico da Primeira República, que nasce quando a medicina “(...) recebe a bela tarefa de instaurar na vida dos homens as figuras positivas da saúde, da virtude e da

¹³⁴ Cf. FOUCAULT. *O Nascimento da Clínica*. Op. Cit. 37 p.

¹³⁵ COSTA. Licurgo. Op. Cit. 547 p.

¹³⁶ Cf. FOUCAULT Op. Cit. 17 p.

felicidade. A ela cabe escandir o trabalho com festas, exaltar as paixões calmas, vigiar as leituras e a honestidade dos espetáculos, controlar os casamentos para que não se façam apenas por puro interesse, ou por capricho passageiro, e sejam bem fundados na única condição durável de felicidade, que está a serviço do Estado.”¹³⁷ Ligada ao destinos e poder político dos Estados, está não se preocupa apenas em curar a enfermidade, mas também em classificar os indivíduos doentes e os não doentes, imorais ou moralizados, elegendo um modelo a ser seguido.

A partir do momento em que as deficiências do mestiço deixaram de ser irreversíveis, a conduta sexual passou a ser central, e essencial nas políticas de controle racial. Os idealizadores dos projetos de civilidade brasileira, passam a praticar estratégias de controle, e combate a todos aqueles fatores que direta ou indiretamente incitassem o indivíduo a prática de ações de caráter imoral, que pudessem pôr em risco o sucesso da nação.

Investido da autoridade do conhecimento e da legitimidade científica, é o médico, através das suas prescrições que irá guiar os indivíduos na perseguição do corpo e espírito saudável. Uma seqüência de normas reguladoras da vida passa a fazer parte do cotidiano das pessoas. Diversos aspectos da vida foram percebidos e analisados, sem que as mais íntimas relações físicas e morais fossem desprezadas, muito pelo contrário, essas foram inquiridas a exaustão, até que a todos se fizesse claro que o desenvolvimento nacional correspondia diretamente à saúde orgânica, que por sua vez ligava-se a saúde física, mental e moral do povo.

Entender tais posicionamentos da medicina, facilita compreender a postura

¹³⁷ Idem. 38 p.

tomada pelos médicos brasileiros, sua influência sobre os profissionais de outras áreas, sobre a política, e, principalmente, sobre o povo que viu seu corpo ser esmiuçado e sua intimidade devassada. A sexualidade, tão importante nesse tempo de tantas preocupações com a hereditariedade, foi o ponto para onde os olhares convergiram com maior lentidão, cuidado e rigor.

A reflexão médica, cada vez mais ligada ao espaço social e à propostas de construção da nação, a partir da instauração de parâmetros de normalidade e saúde, busca meios de suprimir o inviável, o doente, o anormal. Aquele sujeito prejudicial ao progresso nacional, aquele que levaria a nação à morte, antes mesmo de ter nascido, ou seja, o sujeito degenerado.

Identificar tal sujeito tornava-se pois, imprescindível, mas não de todo difícil. Baseados em modelos pré-estabelecidos de normalidade e moralidade, aderem ao debate diversos especialistas, tais como, higienistas, psiquiatras, sanitaristas, juristas, etc., todos aqueles que envolvidos na empreitada eugênica de regeneração nacional, procuram pelos desviantes. Os que fugindo às normas de saúde, envolviam-se com alcoolismo, criminalidade, prostituição, doenças venéreas, etc. Ou aqueles que nascidos de ligações raciais desaconselháveis portavam deficiências físicas e mentais. O importante era sempre enfatizar a relação direta entre tais moléstias, e a vil hereditariedade contraída a partir de uma vida sexual desqualificadora. Saudável, a ação sexual era valorizada. Porém como qualquer outra ação precisava ser regulada, pois fora de medida poderia ser nociva. Em depoimento, o psiquiatra Augusto Forel coloca..

(...) Não basta combater os excessos de indivíduos criminosos e perigosos, sadistas por exemplo, colocando-os sob vigilância. (...) Há alguns anos que emprego a castração como remédio de diversas doenças. (...) confesso aqui que francamente fiz castrar no hospício que eu dirigia, um verdadeiro monstro, atacado de anomalias constitucionais. Aproveitando-me do fato dele próprio

desejar a operação por causa das dores que sentia nas vesículas seminais; ao mesmo tempo que o aliviava, esta operação o impediria de produzir no futuro desgraçadas crianças taradas com sua atroz hereditariedade. (...) fiz castrar igualmente, há muitos anos, uma moça histérica de quatorze anos, cuja mãe e avó eram prostitutas, e ela mesma já se entregava por prazer a todos os garotos da rua.¹³⁸

A qualidade da relação sexual dependia do grau de moralidade do indivíduo, ou seja, do grau de comprometimento e responsabilidade que este mantinha com relação a si, e aos outros, e por conseqüência à nação. Difundir esse comprometimento e criar essa responsabilidade, a que também podemos chamar de civilidade, não deixou de ser ao longo dos anos, também tarefa da medicina.

Para Michel Foucault, instituições como Igreja, Escola e Família, são responsáveis pela proposição de um conjunto de regras e normas de conduta, a que se chamou “moral”. No entanto, alerta-nos ele para a ambigüidade do termo, que também pode-se entender “... o comportamento real dos indivíduos em relação as regras e valores que lhes são propostos: designa-se assim a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores. O estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.”¹³⁹

Cabia então à medicina criar a “moral da sexualidade”, através da

¹³⁸ FOREL. Augusto. *A questão sexual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1934. 397 p.

¹³⁹ FOUCAULT. Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1994. 26 p.

conscientização dos cuidados que se deveria ter com um corpo que não dizia respeito apenas ao indivíduo que o sustentava, mas a toda coletividade. Desviar-se de tal moral, significava pôr em risco a hereditariedade. Masturbar-se por exemplo, como ato sexual sem parceiro, nem fecundidade, era o mesmo que promover o esgotamento progressivo do organismo, a morte do indivíduo, a destruição de sua raça, causando danos à humanidade.

Conselhos de prudência, estabelecimento de regras e normas de comportamento sexual, foram técnicas utilizadas pelos construtores da nação brasileira, que longe de restringir, almejavam incentivar o desempenho sexual desde que controlado, moralizado e consciente. Aparelhos controladores foram implantados, como a Liga pró-moralidade, tão bem recebida pelo articulista do jornal *O Lageano*, em artigo no qual fica exposta a intenção de vigiar as atitudes corporais, as condutas e assim evitar movimentos imorais que incentivassem práticas sexuais nocivas a nação e a cidade.

A notícia que foi precedida dos comentários abaixo é digna de ser divulgada entre nós, antes que por aqui chegue, também, esse progresso dos grandes centros. Lembrança feliz, está da criação entre nós de uma liga pró-moralidade. Feliz e já vitoriosa parece-nos. Fora de dúvida se torna a urgente necessidade que existe de pormos um freio enérgico ao descabro em que vão os nosso costumes. a mania de ser elegante, o “snobismo”, enfim eis a causa primordial do micróbio pernicioso que nos vem corroendo. As meninas (...) onde quer que estejam sentadas cruzam por elegância as pernas, deixando-as inteiramente a mostra. daí essa exibição que o recato, o pudor – o supremo encanto feminino devia ocultar nasce o resto. E o resto é o pior. São as audácias masculinas a absoluta falta de respeito e consideração, a imoralidade afinal. (...) ser ousado é ser elegante, e ser elegante é hoje em dia a preocupação favorita de toda gente. (...) todavia, o perigo (...) ainda pode ser conjurado, se não totalmente pelo menos em parte. A liga pró-moralidade, pois que iniciou tão belo, quão nobre movimento, os nosso sinceros aplauso e completa solidariedade.¹⁴⁰

Mas além disso, como recompensa prometida à aqueles que melhor se conduzissem, foram dadas duas garantias: a certeza da perfeição e perpetuação através de

¹⁴⁰ **Pode chegar até aqui!.** O *lageano*. Lages, 20 de abril de 1918.

uma linhagem forte e saudável, e todo respeito e poder que uma vida sexual austera poderia trazer. A questão da austeridade extrapola a questão sexual e chega até outros pontos da vida. Assim o indivíduo comedido sexualmente também é alegre, trabalhador, sociável. O ato sexual, como ação corporal, passou a ser controlado, não com a finalidade de reprimir algo maléfico, mas com a finalidade de regulá-lo conforme outras relações que incidiam sobre o indivíduo. Tais como: a relação com o corpo, com a saúde, com a vida e morte.

É dessa forma que se constitui um arcabouço ético onde o indivíduo austero sexualmente, deve levar em conta esses fatores, e todos mais que de alguma forma tivessem relação com sua sexualidade. Por isso ele deve ser comedido, saber quando deve praticar o ato sexual e quando deve privar-se dele. Escolher seus parceiros com parcimônia, tendo sempre em frente a sua responsabilidade no meio em que vive. “(...) o ato sexual não é considerado como uma prática lícita ou ilícita, segundo os limites temporais. No interior dos quais ele se inscreve; ele é encarado como uma atividade que, no ponto de intersecção entre o indivíduo e o mundo, o temperamento e o clima, as qualidades do corpo e as estações, pode provocar conseqüências mais ou menos nefastas, e portanto deve obedecer a uma economia mais ou menos restritiva.”¹⁴¹

Fazer vir a tona essa austeridade foi portanto meta dos estudiosos da nação, que através da eugenia e da publicização dos códigos de civilidade, pretendiam difundir os ensinamentos indispensáveis ao surgimento de uma consciência responsável sexualmente.

Assim, o trato da sexualidade incorreu numa série de medidas preventivas que deveriam fixar as bases de uma sociedade sexualmente regrada. Essa íntima intervenção,

¹⁴¹ FOUCAULT. Michel. Op. Cit. 106 p.

buscava introduzir no meio social, novos conceitos e valores, já que “a atividade sexual por mais natural e mesmo necessária que possa ser, ela não é menos objeto de um cuidado moral; ela pede uma delimitação que permita fixar até que ponto, e em que medida, é conveniente praticá-la.”¹⁴² Era corrente a convicção de que para “sua felicidade a humanidade deve desejar reproduzir-se de modo que eleve progressivamente todas as faculdades físicas e mentais do homem, tanto no que diz respeito à saúde e força corporal, como ao sentimento, inteligência, vontade, imaginação criadora, amor ao trabalho, alegria de viver, e sentimento de solidariedade social. Toda tentativa feita pra resolver a questão sexual deverá ser dirigida para o futuro e para a felicidade dos nossos descendentes.”¹⁴³

Para Afrânio Peixoto, um eugenista especialmente ligado a medicina legal, a criminalidade poderia ser prevenida a partir de medidas de profilaxia matrimonial. Acreditava ele, que através de ações que facilitassem a imigração européia¹⁴⁴ e a seleção sexual prévia ao casamento, as degenerescências adquiridas que levavam o indivíduo a prática do crime poderiam ser combatidas. Quanto ao exame método, o propósito eugenista era de “adequar” as uniões conjugais, de maneira a que gerassem proles sadias e perfeitas, além de propiciar o saneamento biológico e a regeneração da moral, e do comportamento do homem e da mulher.¹⁴⁵ Mas no entanto, foi através de educação e dos investimentos na civilidade, que se encontrou formas de chegar ao povo, e evitar seus desregramentos. A

¹⁴² Idem. 46 p.

¹⁴³ FOREL. Augusto. *A questão sexual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1934. 02 p.

¹⁴⁴ Tal qual mencionado no capítulo anterior, Afrânio Peixoto era grande defensor do branqueamento através da infusão do sangue branco europeu na hereditariedade dos brasileiros.

¹⁴⁵ Cf. FLORES. Maria Bernardete Ramos. *A medicalização do sexo ou o amor perfeito*. In: SILVA. Alcione; LAGO. Mara Coelho de Souza; RAMOS. Tânia Regina Oliveira. *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres. 1999.

estratégia utilizada foi a constante ligação da imoralidade e indisciplina sexual com aspectos negativos, como a indolência, a fraqueza, as doenças, a mentira, a falsidade, o egoísmo, etc.

Adquirindo cada vez mais abrangência, a lista de tarefas cabíveis aos médicos não deixou de incluir o esquadrinhação das mais íntimas ações pessoais. O médico Hernani de Irajá dando á masturbação o sinônimo de *tara*, em *Psicoses do Amor* discorre sobre a dificuldade de identificação do masturbador “ alguns traem-se logo: são geralmente, pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. Seus olhos banham-se em grandes olheiras e deixam transparecer através de seu brilho, um abatimento fundo (...) e o seu olhar torna-se de uma fixidez notória (...)fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas...”¹⁴⁶

A necessidade de identificar o masturbador, sugere que nada poderia escapar a um olhar médico que aos poucos aprendia a divisar o doente sexual, o individuo que acometido das chamadas *taras* deixava transparecer em sua fisionomia o enfraquecimento físico moral e social, como “as mocinhas que adeptas ao clitorismo anemiam-se, o rosto tem um aspecto desbotado e lânguido. Grandes olheiras arroxeadas emolduram os olhos tristes dessas vítimas do amor sacrificado.”¹⁴⁷ A partir do fator sexualidade, fez-se a leitura de diversas enfermidades segundo um discurso médico que muitas vezes dava como fator de ocorrência a sensualidade e o erotismo. Era comum a relação entre a epilepsia, as histerias, as doenças mentais com distúrbios de natureza sexual.

Alerta-nos Michel Foucault para surgimento do termo sexualidade ocorrido

¹⁴⁶ IRAJÁ. Hernani de. *Psicoses do amor*. Apud. FLORES. Maria Bernardete Ramos. *A medicalização do sexo ou amor perfeito*. Op. Cit.

¹⁴⁷ Idem. 09 p.

apenas no início do século XIX. Fato que ele atribui ao desenvolvimento de campos de saber que abrangiam tanto a questão biológica da reprodução, quanto a questões sociais ou individuais como o comportamento; a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.¹⁴⁸

O que significa saber que “viver em sociedade”, também corresponde a saber controlar as manifestações corporais, fazendo com que seja geralmente admitido o princípio de que “quanto mais se for visado, mais se tiver ou se quiser ter autoridade sobre os outros, mais se buscar fazer de sua vida uma obra resplandecente, cuja reputação se estenderá longe e por muito tempo, mais será preciso se impor, por escolha e vontade, princípios rigorosos de conduta sexual.”¹⁴⁹

O ambiente é de construção de um corpo vigoroso, bonito e normatizado, com objetivos claros de utilização que não seria o exercício da sedução, e sim o trabalho, na construção da modernidade proposta no “momento de descoberta do Brasil, pelo menos para boa parte dos intelectuais da época que buscavam um rompimento definitivo com o provincianismo, restabelecendo novas condutas para um cotidiano cada vez mais urbano e industrial.”¹⁵⁰ É a hora “dos jovens, dos fortes, dos saudáveis. Velhos, obesos, feios e negros – encontram-se reunidos, segundo os novos critérios de beleza e de saúde

¹⁴⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990. 09 p.

¹⁴⁹ Idem. 89 p.

¹⁵⁰ HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. Op. Cit. 253 p.

em vigor, numa marginalidade determinada pelos seus corpos. Esses grupos não correspondem ao modelo nacional. Pior: tamanha é a força de tal modelo que eles tornam-se incômodos.”¹⁵¹

Jurandir Freire Costa,¹⁵² ao analisar as investidas médicas no interior das famílias, percebeu que a medicina, visando inculcar noções de higiene e saúde na casa colonial, deparou-se com um dilema: o escravo, cúmplice no funcionamento da casa sem higiene, é quem deveria ser o agente da mudança. Somente com a participação dele a transformação seria possível. Contudo, dentro de um regime escravagista era impossível aos higienistas estender-lhes as mesmas vantagens oferecidas aos seus senhores, como riqueza material e espiritual, ou felicidade física e racial. A solução encontrada foi a inversão do papel do escravo. “De “animal” útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se “animal” nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi então deste modo garantido.”

Esta forma de representar proposta pela ciência, irá perseguir o *escravo* que mais tarde será o *liberto*, que em outra instância tentará ser o *cidadão*. No momento em que os olhares científicos voltam-se para a corporeidade do indivíduo, esmiuçando a sua sexualidade. O corpo negro ou mestiço novamente emerge com todas as suas mazelas, deficiências e desregramentos. Lidar com esse corpo foi um desafio para os eugenistas que passaram a fazê-lo fonte de observação constante, porém, não mais no interior da casa – grande, a observação em tempos de abolição e liberdade, foi feita nas ruas, nas práticas religiosas, nos bailes, nas festas e danças.

Em os sons negros no Brasil, José Ramos Tinhorão nos coloca que as

¹⁵¹ SCHPUN, Raísa Mônica. **Beleza em Jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Editora Senac. 1997. 27 p.

¹⁵² COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. 121 p.

manifestações de danças africanas no Brasil iniciaram-se a partir dos cultos religiosos dos escravos. Eram os chamados Batuques. Mais tarde, segundo ele, através do contato com os brancos e índios, as danças negras foram se modificando e adquirindo variações coreográficas suficientes para que gerassem diferentes tipos de danças e denominações. Do Batuque dos terreiros nasceram estilos que passaram a se chamar Lundu, Umbigada, Maxixe e mais tarde Samba.¹⁵³

Sobre o Batuque, Edson Carneiro em *Samba de Umbigada*, lembra as descrições deixadas pelos viajantes portugueses, para dizer que..

Em geral o Batuque a eles pareceu uma dança essencialmente lasciva, uma espécie de pantomima em que o assunto obrigatório é sempre a história de uma virgem a quem são explicados os prazeres misteriosos que a esperam, quando o *lembamento* (casamento), a fizer mudar de estado, e outras obscenidades que, representado com mais perfeita imitação são uma prova evidente da depravação que reinava entre os habitantes daquele sertão.¹⁵⁴

Já Renato Almeida recorre a descrição feita por Santana de Lery em seu *Lê Folclore Brésilein*, para em *História da Música Brasileira* colocar a seguinte descrição do Lundu:

Os dançarinos estão todos sentados ou de pé. Apenas se mexem ao começo: estalam os dedos como se fossem castanholas, levantam os braços, balançam-se molemente. Pouco a pouco o cavalheiro se anima: evolue em torno da dama, como se a fosse enlaçar. Essa fria, desdenha seus avanços: ele redobra de ardor, ela conserva a indiferença; agora ei-los face a face, olhos nos olhos, quase hipnotizados pelo desejo. Ela se agita, lança-se: os seus movimentos se tornam mais ofegantes e se move numa vertigem apaixonada, enquanto a viola suspira e os assistentes entusiasmados batem palmas. Depois o cavalheiro prossegue a sua evolução Por um instante e o lundu recomeça febril e sensual.¹⁵⁵

¹⁵³ TINHORÃO. José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil: cantos, folguedos, origens*. São Paulo: Art. Editora. 1988. 14 p.

¹⁵⁴ CARNEIRO. Edson. *Samba de Umbigada*. Rio de Janeiro: 1961. 10 p.

¹⁵⁵ ALMEIDA. Renato. *História da Música Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Comp. Editores. 1942. 74 p.

O Maxixe irá aparecer mais tarde, após a abolição, caracterizando-se como uma dança tipicamente urbana, resultante do esforço dos músicos de *Choro*, ou como foram chamados por Tinhorão “herdeiros da música de senzala”, em adaptar o ritmo dos músicos à tendência aos volteios e requebros de corpo com que os mestiços, negros e brancos do povo teimavam em complicar os passos das danças de salão.¹⁵⁶

Em finais do século XIX, segundo Oneyda Alvarenga, o viajante português João Chagas, assim descreveu o Maxixe:

Os pares enlaçam-se pelas pernas e pelos braços, apóiam-se pela testa, num quanto possível gracioso movimento de marrar e, assim unidos dão a um tempo três passos para diante e três para trás, com lentidão. Súbito circunvoiteiam guardando sempre o mesmo abraço, e nesse rápido movimento, dobram os corpos para a frente e para trás, tanto quando o permite a solidez dos seus rins; torna-se a dobrar, e sempre lentamente, três passos à frente, três passos atrás, vão avançando e retrocedendo, como a querer possuir-se.¹⁵⁷

O Samba que inicia sua ascensão a partir dos anos 30, de Mário de Andrade ele recebeu a seguinte de descrição:

(...)nisto vem pela primeira vez sambando em frente dele uma pretinha nova, de boa doçura, que entusiasmou o negrão. Começou dançando com despudorada eloquência e encostou o bumbo com afago bruto na negrinha.(...) era impossível não sentir que o negrão afastado da negrinha, mandava seu gozo todo pro instrumento. Era visível a necessidade que tinha de apalpar com o bumbo enorme o corpito da companheira. (...)Era sensualidade? Deve ser isso que fez tantos viajantes e cronistas chamarem de indecentes os sambas de negros.¹⁵⁸

As danças negras - “jogo de descentramento, uma reelaboração simbólica do

¹⁵⁶ Cf. TINHORÃO. José Ramos. **Pequena História da Música Popular Brasileira**: da Modinha a Canção de protesto. Petrópolis: Editora Vozes. 1974. 53 p.

¹⁵⁷ Apud. ALVARENGA. Oneyda. **Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1950. 23 p.

¹⁵⁸ ANDRADE. Mário de. **Aspectos da música brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1975. 150 p.

espaço,”¹⁵⁹ vistas como compostas de voluptuosidade, sensualismo e movimentos desordenados e obscenos, destoavam no ambiente regrado que se buscava formar. Sempre ligadas a coisas imorais, elas representavam a volúpia e os requebros desnecessários, nesse momento de fortalecimento racial. Os negros, vistos como prejudiciais por serem, sob o olhar eugenista temperado pelas teorias de raça, um povo inferior, degenerado, era agora também estimulador dos excessos sexuais que colocariam em risco a hereditariedade forte que se pretendia. Seu erotismo nada tinha a contribuir no processo de purificação. Na lógica de médicos, eugenistas, intelectuais e higienistas, dificilmente os resultados seriam favoráveis num ambiente onde o desregra sexual continuasse levando à constituição de proles imperfeitas.

A respeito de um episódio ocorrido no Palácio Presidencial do Catete, no qual a esposa do então presidente Marechal Hermes da Fonseca, em recepção presidencial toca ao piano o *Corta-Jaca* - melodia própria a dança do Maxixe, e de autoria de Chiquinha Gonzaga. Rui Barbosa assim se manifesta:

Uma das folhas de ontem estampou em fac-simile o programada recepção presidencial em que, diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deveriam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados, elevaram o *Corta-Jaca* de que eu ouvira falar há muito tempo, que vem a ser ele, Sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do Batuque, do Cateretê, e do Samba. Mas nas recepções presidenciais o *Corta-Jaca* é executado com todas as honras de música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubsçam, e que a mocidade se ria.¹⁶⁰

Ignorando todas as manifestações nacionalistas que tal declaração de Rui

¹⁵⁹ SODRÉ. Muniz. O terreiro e a cidade. 123 p. Apud. SILVA. José Bento da. *Negras Memórias*. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí. 1996. 34 p.

¹⁶⁰ Apud. JOTA. Efegeê. *Maxixe – dança excomungada*. Rio de Janeiro: Conquista. 1974 161 p.

Barbosa provocou, a análise das suas palavras é reveladora de um modo de pensar, onde existem dois gêneros de música e dança, um “bom” e outro “ruim”; um “culto” e “civilizado” e por isso apropriado, e outro tão “chulo” e “grosseiro”, capaz de causar vergonha a nação. Mas também, por outro lado, capaz de promover a união entre moralistas e eugenistas pela normatização dos movimentos corporais, e extinção dos ditos pontos de ofensa à moral e à hereditariedade da raça. Ferindo ambas as partes a dança dos negros torna-se ponto de ataque:

Mesmo sem haver um *Catão* reencarnado zelando pela moral, as autoridades civis e religiosas disso cuidavam, evitando transgressões que, reconheçam-se, não deixaram de haver. O maxixe estava no index, e não se contava como maneira eficaz de combatê-lo em definitivo, pois os dissolutos, os de pouca ou escassa moral, o mantinham vivo, nas ribaltas revisteiras, nas agremiações carnavalescas e, com isso, provocando e atraindo a preferência popular com sua coreografia licenciosa.¹⁶¹

E pela imprensa circulavam artigos como este, que ao dar notícia de um crime, fazia a ligação, dança/sensualidade/criminalidade...

Quando a música tirava um coco, a cabocla pulou para ao meio da sala e, rodopiando sobre a ponta dos pés nervosos, requebrava-se doidamente, rebolando os quadris bem feitos. Os seus cabelos de ébano soltaram-se da fita escarlate que os prendia e descansaram sobre os ombros redondos da mulher. O vestido de chita excessivamente decotado, com o movimento do corpo, devassa os seios roliços da cabocla, e ela tão presa estava que não ligou importância a isso. João Cândido pulou para o meio da sala e a agarrou dançando. Tão cansada estava a morena que nem se defendeu.¹⁶²

A solução mais viável encontrada para barrar a crescente popularização das danças ditas “imorais” foi o incremento e a divulgação de um novo modo de se comportar. Um modo mais sofisticado, sem rudeza ou volúpia. O incentivo ao ensino da dança clássica, assim como o inclusão nas escolas da ginástica rítmica e das aulas de educação

¹⁶¹ Idem. 157 p.

¹⁶² A vingança de João Cândido. O Malho. Rio de Janeiro: 27 de setembro de 1930.

física são evidências de que se pretendia dar um nova educação corporal e comportamental aos brasileiros.

A valsa evocava o belo, o sublime, falava ao coração e conduzia ao casamento (...) o maxixe lembrava o erótico, o sensualismo africano de grossos beijos e olhos esgazados, mexia com as cadeiras, conduzia ao casamento, mas na polícia...¹⁶³

Em decreto que dispõe sobre a organização do ensino secundário. Prescreve-se seu nono artigo “durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário exercícios de educação física para todas as classes.”¹⁶⁴ Todos os programas escolares eram precedidos de uma orientação metodológica e a que diz respeito à Educação Física, dizia o seguinte: “ A Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário em colaboração com as demais disciplinas do curso, tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e responsabilidades”.¹⁶⁵

(...) Mens sana in corpore sano, é o lema clássico que deve orientar com seus concisos termos, o espírito dos educadores, verdadeiramente interessados em erguer o nível moral e intelectual da raça. Ele nos indica que ao passo que se torna necessário revigorar o corpo, desenvolvendo todas as suas energias, tornando-o capaz de ser útil a si e a Pátria, isso devemos acompanhar dum simultâneo trabalho intelectual. (...) a educação física devia merecer aos clubes o mesmo interesse que a educação artística e intelectual.¹⁶⁶

Quanto a dança clássica e a ginástica ritma a intenção era propor uma rotina de exercícios que levariam à beleza e vigor corporal. Direcionadas para as mulheres de modo

¹⁶³ JOTA. Efegê. Op. Cit. 25 p.

¹⁶⁴ Cf. MARINHO. Inezil Penna. **História da Educação Física e dos desportos no Brasil: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República** (documentário e bibliografia) vol. 3 Rio de Janeiro 11p.

¹⁶⁵ Idem. 12 p.

¹⁶⁶ **A educação física e a educação intelectual**. Frou-Frou. Rio de Janeiro, Julho de 1923.

a tornar-lhes o corpo apto a conceber bons filhos, pois nas palavras de Fernando Azevedo “mulheres fortes fazem uma raça forte.”¹⁶⁷

Ao contrário das “civilizadas” danças européias, as danças negras eram vistas como exacerbadamente eróticas, o que leva a percepção de uma histórica construção de uma categoria identitária negra, calcada especialmente na sua sexualidade:

Alfredo de Sarmiento, viajante português que entre 1877 e 1880 esteve em Angola, descreve as manifestações de dança “vergonhosamente indecentes” que presenciou como por via de regra representadas por mímica erótica, que as damas, sobretudo, se esforçam para tornar obscena...”¹⁶⁸

Nas descrições dos viajantes portugueses a dança negra constantemente aparece descrita de forma erótica e lasciva. Exemplo disso, são os relatos de Ladislau Batalha, também viajante português em passagem pela África, que em sua narrativa sobre a dança de *Umbigada*, a qual se fere como “Quizomba”, caracteriza-a como “dança que consiste em formar uma roda, dentre a qual saem uns pares que bailam no largo, dois a dois, tomando ares provocadores e posições indecorosas.”¹⁶⁹ Pode-se ainda citar o testemunho dos também portugueses Capelo e Ivens, que em seus depoimentos de viagens pela África, confirmam as descrições de Batalha e Sarmiento.

Com seus movimentos exagerados de quadris, que iam contra a convicção de que um povo civilizado deveria ter gestos comedidos, sem jamais serem por demais desenvoltos, o modo de dançar dos negros sugeria uma desenvoltura que num ambiente de

¹⁶⁷ AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física: O que ela é, o que tem sido, e o que deveria ser*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1960. 253 p.

¹⁶⁸ CARNEIRO, Edson. Op. Cit. 10 p.

¹⁶⁹ Idem. 12 p.

promiscuidade poderia pôr em risco os projetos de regeneração nacional.

Para Gilberto Freyre a imoralidade dos escravos justificava-se na percepção de que “a escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. No contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam”. Quanto às danças negras, ele as chama de “afrodisíacas”, porque muito embora, “passa por ser defeito da raça africana comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. O que tem se apurado é que enquanto que no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações, os negros africanos para se excitarem necessitam de estímulos picantes, ou seja, as orgias e as danças.”¹⁷⁰

Se é verdade que no discurso eugenista, o corpo, enquanto fonte de prazer, é desvalorizado, marcado pela proibição, é fonte de moralização. Se o corpo erotizado era um corpo doente.¹⁷¹ Não é menos verdade que nesse ambiente, em que se estreitavam as relações entre moralidade, civilidade e sexualidade, as danças negras da forma como foram percebidas causaram grande reprovação e, a imediata identificação do negro à falta de capacidade moral.

Por outro lado, sendo colocada mais uma vez como “agente da transformação,” agora não mais em função da higiene da casa-colonial, mas sim da dessexualização da sociedade brasileira. O saber científico novamente guardava para a população negra do Brasil, o espaço da doença, da imoralidade, da indisciplina, dos maus costumes, do corpo

¹⁷⁰ FREYRE. Gilberto. Op. Cit. 315 p.

¹⁷¹ Segundo Maria Bernardete Ramos Flores, enquadrava-se como erótico, tudo aquilo que provocasse sensualidade fora do coito normal, ou seja, aquele que não segue as regras da procriação e do matrimônio. São exemplos desses coitos: o narcisismo, a admiração ao próprio corpo, com indiferença para com o outro sexo: o exibicionismo: a impulsão de mostrar os órgãos genitais, etc. Cf.: FLORES. Maria Bernandete Ramos. **A medicalização do sexo ou o amor perfeito.** Op. Cit. 16p.

feito e mal-formado. Argumentos que além de justificar tratamentos desiguais, com relação aos brancos, favorecia a disseminação de estereótipos desabonadores, e ainda legitimava intervenções de toda ordem.

Para Jurandir Freire Costa, (...) a educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável, corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo flácido e doentio do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Assim, diz ele (...) a consciência de classe tem, na consciência da “superioridade” biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa, desde a infância aprende a julgar-se “superior” aos que situam-se abaixo dele na escala ideológica de valores sócio-raciais. Por isso mesmo admite com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade sócio-econômica a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física.¹⁷²

Diferentes percepções do corpo, diferenciam as expectativas quanto a esse corpo. O que significa que a saída para a elite lageana, a alternativa para moralizar o comportamento dos negros da cidade, era buscar alternativas que tentassem alterar as expectativas que eles tinham com relação ao seu próprio corpo. Se é na diferença que a identidade se constrói, e se a identidade dos negros até então não era favorável ao projetos de regeneração, em Lages, tratou-se de aplicar esforços para que ele fosse, senão “igual”, ao “outro”, o cidadão branco higienizado, moralizado e dessexualizado, pelo menos um pouco “melhor”; negro “porém,” limpo, educado, moralizado e principalmente, menos

¹⁷² COSTA. Jurandir Freire. Op. Cit. 13 p.

erotizado, de forma a se tornar inofensivo à construção da nação brasileira e modernização da cidade. então “o corpo negro, ou quase negro da população, que era o corpo negado, da não-civilidade, do ex-escravo, do quase cidadão, ou melhor, daquele que quer se tornar cidadão pelos seus direitos conquistados, pelo seu trabalho, porém, sua herança genética o impedia, em princípio, de sê-lo.”¹⁷³ Foi alvo de investimentos, aqui representados pela fundação do *Centro Cívico Cruz e Souza*, que tornou-se deveras importante para que a elite lageana pudesse completar a modernização do município.

¹⁷³ IUSKOW. Cristina. Op. Cit. 11 p.

Algumas Considerações

Embora, a imagem que tenha nos ficado da Primeira República brasileira remeta-nos constantemente ao universo de um sistema sem grande identificação popular e repleto de práticas fraudulentas, no interior desta dissertação, tornou-se imperioso desvelar alguns outros aspectos desses primeiros anos de regime republicano. Aspectos importantes e, que como vimos, causaram transformações de toda ordem.

Um ideário que sugeria exclusão permeou as relações que se estabeleciam em meio a projetos de construção nacional fazendo com que teorias raciais fossem reelaboradas, nacionalismos fossem adaptados, saberes importados, e principalmente os indivíduos chamados a compor a nacionalidade brasileira foram selecionados.

Fazer parte da nação, não era um privilégio de todos. Alguns como os negros, não se conformavam a um modelo de cidadão já aceito. Em seu corpo residiam todas as degenerescências a que os construtores da nação abominavam. Interferir nesse corpo, alterar os usos que se fazia dele era essencial.

Como parte dessa história, logo encontramos uma parcela desses negros, aqueles que viviam na cidade de Lages, a fundar um Centro Cívico, local onde estes poderiam ser reelaborados de forma a se tornarem civilizados, e assim realizar o desejo da elite municipal. que ao modernizar a cidade, dá-se conta de uma considerável população negra carente de educação e civilidade. O que a tornava inadequada ao ambiente moderno em formação.

Passa então essa elite, a utilizar-se de estratégias que tinham o poder de

deslocar o sentido do branqueamento, para além da mudança da cor da pele. Com base em novos encaminhamentos na discussão racial, esse branqueamento passou a ser visto como resultado da boa conduta; da aquisição de civilidade.

A partir do Centro Cívico, a cidadania foi experimentada pelos seus associados, que logo passam a editar o jornal da sua associação, veículo a partir do qual, eles passaram a participar das discussões do espaço urbano. No exercício dessa cidadania eles seguem reivindicando benfeitorias para o município; comemorando datas cívicas; organizando sua biblioteca; instruindo-se, e inserindo-se, através da permanente tentativa de superação de discursos que colocavam a sua incapacidade física, moral e social.

Contudo, para chegar até ai, o apoio da elite da cidade foi decisivo. Principalmente porque, era essa elite que selecionava o que deveria, e o que não deveria compor a cidade, quais eram os bons e os maus costumes, quem era cidadão e quem não era cidadão. E é nisto que reside minha convicção de que existia, mesmo sem haver um projeto institucional e oficializado, a intenção de aperfeiçoar os negros daquela cidade, através da criação do *Centro Cívico Cruz e Souza*.

De outra forma, o modo como os membros do Centro Cívico, se apropriaram do espaço que lhes foi concedido, mostra que a associação também tinha um caráter ambivalente. Utilizando-se do poder sem fugir dele, os negros lageanos trabalharam para bem construir e exerceram a sua cidadania. .

Bibliografia

ALVARENGA. Oneyda. **Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1950

AZEVEDO. Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

AZEVÊDO. Eliane. **Raça: Conceito e Preconceito**. São Paulo: Ática. 1987

BAROCHO. José Alfredo de Oliveira. **A plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo: Saraiva. 1995

BIZZO. Nélio Marco Vincenzo. **“O paradoxo social eugênico, genes e ética”** In: Revista USP. São Paulo. 24. 1994. 28-37 pp

BRESCIANNI. Stella. **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: FAPESP. 1994

CAMPOS. Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina(1930-1945)**. São Paulo: PUC 1992. (Dissertação de Mestrado em História) Pontífice Universidade Católica

CAPELATTO. Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense. 1989

CHAGAS. Conceição Corrêa das. **Negro, uma identidade em construção**. Rio de Janeiro: Vozes. 1996

CHALHOUB. Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense. 1986

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das letras. 1990.

CARDOSO. Fernando Henrique; IANNI. Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Editora Nacional. 1960.

CARVALHO. José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1990

_____ **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1994

CORREIA. Carlos Humberto. **Um Estado entre as duas Repúblicas: a Revolução de Trinta e a política em Santa Catarina até trinta e cinco**. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina. 1984

COSTA. Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1989

COSTA. Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1982 . 4v.

DAMIÃO. Ada Stella Bassi; SOARES. Marcelo Santos; CARNEIRO. Harley Dias (orgs). **O novo cidadão brasileiro**. Rio de Janeiro: Salamandra. 1987

DUARTE. Adriano Luiz. **Cidadania e Exclusão**. Florianópolis: EDUFSC. 1999.

ELIAS. Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar. 1939

FERREIRA. Antônio Celso; LUCA. Tânia Regina de.; IOKOI. Zilda Gricoli.(orgs) **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: UNESP. 1999

FREYRE. Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 29 ed. Rio de Janeiro: Record. 1994

FREIRE-MAIA. Newton. **Brasil: laboratório racial**. Rio de Janeiro: Vozes 1979.

FREITAS. Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina**. Florianópolis. 1997 (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina

FOUCAULT. Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola 2000

_____ **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1977.

_____ **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1985

_____ **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal. 1986

FOREL. Augusto. **A questão sexual**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1934.

GUATARRI. Félix; ROLNIK. Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes. 1996

GOMES. Heloisa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1994

HARTMAN. Francisco Foot. **Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: UNESP. 1998

HASENBALG. Carlos. **A construção da cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986

HERCHMANN. M. Micael; PEREIRA. Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco. 1994

HOBBSAWM. Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

IANNI. Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1972.

IUSKOW. Cristina. **Brasilidade e embelezamento: o canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais**. Florianópolis: UFSC. 2001. (Dissertação de mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina

LEITE. Ilka Boaventura (org). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1996

_____. **Ser “negro”**: os sentidos da cor e as impurezas do nome. Florianópolis: UFSC. Caderno de Ciências sociais. Vol. 08. N. 02. 1988.

LIPPI. Lúcia Oliveira. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense. 1990

MAIO. Ricardo Chor; SANTOS. Ricardo Ventura.(orgs) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB. 1996

MATOS. Cláudia Neiva de. **Acertei no milhar: Malandragem e samba no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982

MARCON. Frank Nilton. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. São Leopoldo: UNISINOS. 1999. (Dissertação de mestrado em História)

MARIA. Maria das Graças Maria. **Imagens invisíveis de Áfricas Presentes: experiência das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis: UFSC. 1997. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina

ORTIZ. Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1986

PELISSARI. Mariá Aparecida. **A condição cidadã: valores éticos na individualidade**. São Paulo: UNIMEP. 1995

POUTIGNAT. Philippe; STREIFF-FENART. Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP. 1998

SANT'ANNA. Denise Bernuzzi de. (org.) **Corpo e História**. In: Cadernos de Subjetividade. São Paulo: PUC. 1996.

_____. Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade. 1995

SCHWARCZ. Lilia Moritz.(org) **História da vida privada no Brasil: contrastes do mundo contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. 4 v.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993

SCHWARCZ Lilia Moritz; SILVA. Renato da. **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP. 1996

SENNETT. Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record.

SERPA. Élio Cantalício. **Igreja, elites dirigentes e catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages**. São Paulo: USP. 1993. (Tese de doutorado) Universidade de São Paulo.

SERPA. Elio Cantalício. **A reformulação das condutas e sociabilidades durante a Primeira República**. Revista da Memória. Lages: Fundação Cultural de Lages. 1996. N. 01. 13-29 pp.

SEVCENKO. Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense 1985

SILVA. Alcione; LAGO. Mara Coelho de Souza; RAMOS. Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres. 1999.

SILVA. José Bento Rosa da Silva. **Negras Memórias**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí. 1996.

SODRÉ. Muniz. **Samba o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Codecri. 1979.

TINHORÃO. José Ramos. **Pequena história da musica popular: da modinha à canção de protesto**. Rio de Janeiro: Vozes. 1974

_____. **Música Popular: os sons que vêm da rua**. Rio de Janeiro: Edições Tinhorão. 1976

PIAZZA. Walter; HUBENER. Laura Machado(orgs). **Santa Catarina história da gente**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli. 1987

VAINFAS. Ronaldo (org.) **História da sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1986

_____. **O sexo nefando e a Inquisição**. São Paulo: Ciência Hoje. 1988
v. 08. n. 48.

Fontes Bibliográficas

ALMEIDA. Renato. **História da Música Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Comp. Editores. 1942

AZEVEDO. Fernando. **A evolução do esporte no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos. 1930.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro. Maio de 1929.

BOMFIM. Manuel. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**.(1. ed. 1931) 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks. 1996

DOMINGUES. Octávio. **Hereditariedade e Eugenia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1936

MARANON. Gregório. **Três ensaios sobre a vida sexual**. São Paulo: S/E. 1933

RAMOS. Arthur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria- Editora Casa do Estudante do Brasil. S/d

_____. **As culturas negras no novo mundo**. (1. ed. 1935) 4. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1979.

PIAZZA. Walter Fernando. **Os diários Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catarinense**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis.1994. Nº 05.

RODRIGUES. Nina. **Os Africanos no Brasil**. (1. ed. 1933) 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional 1976

_____. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. (1. ed. 1894) 3. ed. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional. 1938.

SINZIG. Pedro. Frei. **Frei Rogério Nerhaus**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1939

VALLE. J. Rodrigues. **Formação da raça brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: A .C.B. 1945

VIANNA. Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. (1. ed. 1920) 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliiana. 1938

_____. **Raça e Assimilação**. (1. ed. 1920) 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1959

Jornais Consultados

A metralhadora – 1918 – 1919

A Noticia - 1912, 1914, 1915

Cruz e Souza - 1919

Gazeta de Lages - 1895

O Imparcial – 1901- 1903

O Lageano – 1917 - 1922

O Planalto – 1918 - 1919

Região Serrana – 1903 - 1910